

SEÇÃO III**PODER LEGISLATIVO****CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

EXTRATO DE CONTRATO

Processo: 001.000.741/2014. Contrato nº 03/2015 – PG/CLDF decorrente do Pregão Eletrônico nº 39/2014. Firmado entre a Câmara Legislativa do Distrito Federal (Contratante) e a empresa MILÊNIO GRÁFICA RÁPIDA LTDA-ME, CNPJ nº 10.726.155/0001-63 (Contratada), em 26/03/2015. Objeto: Prestação de serviços de plotagem de arquivos digitais do tipo PLT e/ ou DWG; cópias xerográficas e escaneamento de plantas nos padrões A0 e A1, sob demanda, para atender as necessidades da CLDF. Valor total estimado do contrato: R\$ 14.900,00 (catorze mil e novecentos reais). Unidade Gestora 010101, gestão 00001, unidade orçamentária 01101, programa de trabalho 01122600585170065, fonte de recurso 100000000, natureza da despesa 339039. Nota de empenho: 2015NE00088 de 03/03/2015 com valor R\$ 12.416,67. Vigência 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, com eficácia a partir da data da publicação do seu extrato no DODF. Legislação: Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações. Partes: Pela Contratante, Deputada CELINA LEÃO HIZIM FERREIRA – Presidente, e, pela Contratada, BEATRIZ DOS SANTOS RODRIGUES - Proprietária.

FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS DEPUTADOS DISTRITAIS E SERVIDORES DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base no Decreto 32.598/2010, artigos 86 a 88 e consoante às instruções contidas nos autos, reconhecemos a dívida por exercícios anteriores e, em decorrência, autorizamos a emissão da Nota de Empenho, da Nota de Liquidação e da Ordem Bancária nos valores abaixo especificados à conta do elemento de despesa 339092.

PROCESSO: 001.0048/2014 - Volume: 71– Interessado: Associação Medica de Assistência Integrada - AMAI, Valor: R\$ 14.112,00 (quatorze mil cento e doze reais) referente à nota fiscal: 2.584

PROCESSO: 001.0048/2014 - Volume: 72– Interessado: Associação Medica de Assistência Integrada - AMAI, Valor: R\$ 29.379,00 (vinte e nove mil trezentos e setenta e nove reais), referente à nota fiscal: 2.585

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 540– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 10.668,93 (dez mil seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e três centavos), referente à nota fiscal:16.967

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 547– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 15.461,16 (quinze mil quatrocentos e sessenta e um reais e dezesseis centavos), referente à nota fiscal:16.968

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 558– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 16.210,95 (dezesseis mil duzentos e deiz reais e noventa e cinco centavos), referente à nota fiscal:17.161

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 572– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 750,17 (setecentos e cinquenta reais e dezessete centavos), referente à nota fiscal:17.348

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 573– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 37.517,47 (trinta e sete mil quinhentos e dezessete reais e quarenta e sete centavos), referente à nota fiscal:16.961

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 577– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 7.398,40 (sete mil trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), referente à nota fiscal:16.969

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 579– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 8.984,40 (oito mil novecentos e oitenta e quatro reais e quarenta centavos), referente à nota fiscal:16.963

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 582– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 2.715,00 (dois mil setecentos e quinze reais), referente à nota fiscal: 17.175

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 584– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 6.221,03 (seis mil duzentos e vinte e um reais e três centavos), referente à nota fiscal:17.345

PROCESSO: 001.0050/2014 - Volume: 585– Interessado: Associação dos Médicos de Hospitais Privados do DF- AMHP, Valor: R\$ 1.425,54 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), referente à nota fiscal:16.962

PROCESSO: 001.0065/2014 - Volume: 16– Interessado: Clínica de Doenças Renais de Brasília-LTDA, Valor: R\$ 7.803,43 (sete mil oitocentos e três reais e quarenta e três centavos), referente à nota fiscal:654

PROCESSO: 001.0073/2014 - Volume: 11– Interessado:Laboratório de Ergonomia e Cardiologia Clínica S/S LTDA - ERGOLAB, Valor: R\$ 638,50 (seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), referente à nota fiscal:126

PROCESSO: 001.0076/2014 - Volume: 15– Interessado: Fundação Universitária de Cardiologia, Valor: R\$ 741,16 (setecentos e quarenta e um reais e dezesseis centavos), referente à nota fiscal:681

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 173- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 4.358,90 (quatro mil trezentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos), referente à nota fiscal:7.157

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 175- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 4.431,43 (quatro mil quatrocentos e trinta e um reais e quarenta e três centavos), referente à nota fiscal:7.159

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 177- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 3.781,25 (três mil setecentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), referente à nota fiscal:7.162

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 179- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 1.251,31 (mil duzentos e cinquenta e um reais e trinta e um centavos), referente à nota fiscal:7.164

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 187- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 627,59 (seiscentos e vinte sete reais e cinquenta e nove centavos), referente à nota fiscal:7.454

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 190- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 7.006,47 (sete mil seis reais e quarenta e sete centavos), referente à nota fiscal:8.789

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 191- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 3.888,87 (três mil oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e sete centavos), referente à nota fiscal:8.790

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 192- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 2.226,12 (dois mil duzentos e vinte e seis reais e doze centavos), referente à nota fiscal:8.791

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 193- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 2.080,36 (dois mil e oitenta reais e trinta e seis centavos), referente à nota fiscal:8.792

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 194- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 24.903,56 (vinte e quatro mil novecentos e três reais e cinquenta e seis centavos), referente à nota fiscal:8.804

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 195– Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 1.424,76 (mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos), referente à nota fiscal:8.805

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 196- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 31.653,01 (trinta e um mil seiscentos e cinquenta e três reais e um centavo), referente à nota fiscal:8.806

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 197– Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 42.529,38 (quarenta e dois mil quinhentos e vinte e nove reais e trinta e oito centavos), referente à nota fiscal:8.807

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 198– Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 45.892,63 (quarenta e cinco mil oitocentos e noventa e dois reais e sessenta e três centavos), referente à nota fiscal:8.808

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 200- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 6.171,58 (seis mil cento e setenta e um reais e cinquenta e oito centavos), referente à nota fiscal:8.810

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 201- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 3.292,82 (três mil duzentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos), referente à nota fiscal:8.811

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 202- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 3.494,83 (três mil quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos), referente à nota fiscal:8.812

PROCESSO: 001.0080/2014 - Volume: 203- Interessado: Hospital Anchieta LTDA, Valor: R\$ 10.026,20 (dez mil vinte e seis reais e vinte centavos), referente à nota fiscal:8.814.

PROCESSO: 001.0083/2014 - Volume: 58– Interessado: Hospital Santa Helena S/A, Valor: R\$ 5.788,15 (cinco mil setecentos e oitenta e oito reais e quinze centavos), referente à nota fiscal:4.758

PROCESSO: 001.0085/2014 - Volume: 29– Interessado: Hospital São Francisco- Serviços Hospitalares YUGE - LTDA, Valor: R\$ 8.841,32 (oito mil oitocentos e quarenta e um reais e trinta e dois centavos), referente à nota fiscal:5.962

PROCESSO: 001.0087/2014 - Volume: 9– Interessado: Instituto de Cardiologia e Angiologia SS LTDA- INCORDIS, Valor: R\$ 85,58 (oitenta e cinco reais e cinquenta e oito centavos), referente à nota fiscal:1.177

PROCESSO: 001.0090/2014 - Volume: 09– Interessado: Instituto Brasiliense de Oncologia Clínica-ONCOBRASÍLIA, Valor: R\$ 8.052,20 (oito mil cinquenta e dois reais e vinte centavos), referente à nota fiscal:335

PROCESSO: 001.0095/2014 - Volume: 31– Interessado: Hospital Lago Sul S/A, Valor: R\$ 3.058,09 (três mil e cinquenta e oito reais e nove centavos), referente à nota fiscal:7.092

PROCESSO: 001.0101/2014 - Volume: 13– Interessado: Clínica de fisioterapia Estética e Terapias Alternativas LTDA, Valor: R\$ 5.326,35 (cinco mil trezentos e vinte e seis reais e trinta e cinco centavos), referente à nota fiscal:255

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 84– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 4.828,05 (quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e cinco centavos), referente à nota fiscal:3.398

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 139– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 2.805,65 (dois mil oitocentos e cinco reais e sessenta e cinco centavos), referente à nota fiscal:5.844

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 141– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 5.037,60 (cinco mil e trinta e sete reais e sessenta centavos), referente à nota fiscal:5.846

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 143– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 9.220,32 (nove mil duzentos e vinte reais e trinta e dois centavos), referente à nota fiscal:5.848

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 150– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais), referente à nota fiscal:6.366

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 153– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 10.312,27 (dez mil trezentos e doze reais e vinte e sete centavos), referente à nota fiscal:6.374

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 155– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 66.108,71 (sessenta e seis mil cento e oito reais e setenta e um centavos), referente à nota fiscal:7.121

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 156– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 43.460,65 (quarenta e três mil quatrocentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos), referente à nota fiscal:7.122

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 158– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 5.443,44 (cinco mil quatrocentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos), referente à nota fiscal:7.124

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 160– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 10.377,22 (dez mil trezentos e setenta e sete reais e vinte e dois centavos), referente à nota fiscal:7.126

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 162– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 4.835,84 (quatro mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), referente à nota fiscal:7.128

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 164– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 78.371,49 (setenta e oito mil trezentos e setenta e um reais e quarenta e nove centavos), referente à nota fiscal:7.187

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 165– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 55.426,29 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e nove centavos), referente à nota fiscal:7.188

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 179– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 93,44 (noventa e três mil e quarenta e quatro centavos), referente à recuperação de glosa

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 189– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 405,60 (quatrocentos e cinco reais e sessenta centavos), referente à recuperação de glosa.

PROCESSO: 001.0103/2014 - Volume: 194– Interessado: Hospital Santa Lucia S/A, Valor: R\$ 73.565,86 (setenta e três mil quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), referente à nota fiscal:7.601

PROCESSO: 001.0105/2014 - Volume: 19– Interessado: Cooperativa dos médicos Anestesiologistas DF LTDA- COOPANEST, Valor: R\$ 7.162,77 (sete mil cento e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos), referente à nota fiscal:2.243

PROCESSO: 001.0108/2014 - Volume: 13– Interessado: Clínica de Olhos Anchieta LTDA, Valor: R\$ 2.570,00 (dois mil quinhentos e setenta reais), referente à nota fiscal:238

PROCESSO: 001.0146/2014 - Volume: 22– Interessado: Instituto Odontológico Especializado S/S-PRIMORE, Valor: R\$ 2.061,09 (dois mil e sessenta e um reais e nove centavos), referente à nota fiscal:2.062

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 119– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 13.137,40 (treze mil cento e trinta e sete reais e quarenta centavos), referente à nota fiscal:13.563

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 124– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 20.734,94 (vinte mil setecentos e trinta e quatro reais e noventa e quatro centavos), referente à nota fiscal:16.917

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 125– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 21.968,19 (vinte e um mil novecentos e sessenta e oito reais e dezenove centavos), referente à nota fiscal:16.918

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 127– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 14.960,38 (quatorze mil novecentos e sessenta e reais e trinta e oito centavos), referente à nota fiscal:16.920

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 129– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 27.082,12 (vinte e sete mil oitenta e dois reais e doze centavos), referente à nota fiscal:16.922

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 130– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 10.538,49 (dez mil novecentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos), referente à nota fiscal:16.923

PROCESSO: 001.0161/2014 - Volume: 131– Interessado: Laboratório Sabin de Análises Clínicas LTDA, Valor: R\$ 2.827,02 (dois mil oitocentos e vinte e sete reais e dois centavos), referente à nota fiscal:16.925

PROCESSO: 001.0179/2014 - Volume: 14– Interessado: Serviços Cardiológicos LTDA-SOS, Valor: R\$ 1.571,63 (um mil quinhentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), referente à nota fiscal:526

PROCESSO: 001.0183/2014 - Volume: 30– Interessado: Radiologia Anchieta LTDA, Valor: R\$ 12.358,59 (doze mil trezentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), referente à nota fiscal:16.962

PROCESSO: 001.0183/2014 - Volume: 31– Interessado: Radiologia Anchieta LTDA, Valor: R\$ 11.498,29 (onze mil quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e nove centavos), referente à nota fiscal:16.965

PROCESSO: 001.0183/2014 - Volume: 32– Interessado: Radiologia Anchieta- LTDA, Valor: R\$ 10.072,22 (dez mil e setenta e dois reais e vinte e dois centavos), referente à nota fiscal:17.709

PROCESSO: 001.0183/2014 - Volume: 33– Interessado: Radiologia Anchieta- LTDA, Valor: R\$ 4.691,08 (quatro mil seiscentos e noventa e um reais e oito centavos), referente à nota fiscal:17.711

PROCESSO: 001.0185/2014 - Volume: 13– Interessado: Cardiologistas Associados de Taguatinga LTDA - PRONTOCARDIO, Valor: R\$ 1.148,78 (um mil cento e quarenta e oito reais e setenta e oito centavos), referente à nota fiscal:3.197

PROCESSO: 001.0625/2014 - Volume: 09– Interessado: Confederação das Unimeds do Norte Nordeste - UNIMED, Valor: R\$ 48.131,73 (quarenta e oito mil cento e trinta e um reais e setenta e três centavos), referente à nota fiscal:1018735

PROCESSO: 001.0625/2014 - Volume: 10– Interessado: Confederação das Unimeds do Norte Nordeste - UNIMED, Valor: R\$ 66.788,49 (sessenta e seis mil setecentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos), referente à nota fiscal:1018712

Em 31 de março de 2015.

GABRIELA AMARAL DA COSTA MOREIRA
Gerente-Coordenadora

PODER EXECUTIVO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 0002.000101/2015. Partes: o Governo do Distrito Federal e a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Objeto: planejamento, execução e avaliação de programas, projetos e ações em áreas ligadas à gestão/planejamento, ao desenvolvimento organizacional, à estruturação técnico-operacional do Governo do Distrito Federal, bem como a áreas vinculadas à melhoria da educação pública, ao incentivo à produção e manifestações culturais no Distrito Federal, ao apoio para o crescimento, popularização e internacionalização da produção Científica, Tecnológica e de Inovação - C, T&I, à promoção e defesa dos Direitos Humanos, à segurança alimentar como ação de saúde pública e, por fim, a atividades focadas na superação das desigualdades socioeconômicas de populações minoritárias e em condições de vulnerabilidade, com o escopo de ampliar a sua capacidade institucional na formulação, implantação e avaliação das políticas públicas para o Governo do Distrito Federal. Recursos Financeiros: O presente Acordo de Cooperação não envolve qualquer transferência de recursos financeiros entre as partes. Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período, mediante acordo prévio e escrito entre os participantes, com 30 (trinta) dias de antecedência do vencimento. Data de assinatura: 25 de março de 2015. Signatários: pelo Distrito Federal, **RODRIGO SOBRAL ROLLEMBERG**, Governador do Distrito Federal e pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura União, PAULO SPELLER, Secretário-Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2014 - SEPLAN
Processo: 410.000.011/2014 – Das Partes: SEPLAN x OI S/A. Do Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva: Alterar o polo contratante do contrato originário, para sub-rogar a representação do Distrito Federal à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização, conforme reestruturação administrativa estabelecida pelo Decreto nº. 36.236, de 01 de janeiro de 2015, publicado no DODF – Edição Especial, de 01/01/2015, página 01 a 12, passando a ter a seguinte redação: “O DISTRITO FEDERAL, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO com sede nesta capital, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.650/0001-69, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por ANTÔNIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS ...” Prorrogar o prazo de vigência do contrato por 90 (noventa) dias, a partir de 19/03/2015 até 16/06/2015, com base no inciso II, do art. 57, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; Proceder à alteração do item 5.2 da CLÁUSULA QUINTA – Do Valor, do contrato em apreço, em decorrência da publicação do Decreto nº 36.246, de 02 de janeiro de 2015, com fundamento no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.666/93, passando a ter a seguinte redação: “CLÁUSULA QUINTA – Do Valor 5.2 – Os Contratos celebrados com prazo de vigência superior a doze meses, poderão ter seus valores, anualmente, reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que substituirá qualquer outro índice que esteja sendo adotado no âmbito distrital, com fulcro no artigo 4º do Decreto nº 36.246, de 02 de janeiro de 2015.” d) Ressaltar que o presente aditivo refere-se à prorrogação contratual por 90 (noventa) dias dos serviços de transmissão de dados, sob demanda, entre os diversos órgãos do Governo do DF, conforme relação constante do Anexo IA, e o CeTic-GDF, utilizando tecnologia MPLS, de forma que as unidades governamentais possam acessar os sistemas corporativos e também a internet, nos termos do Termo de Referência (fls. 009 a 016); do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 422/2013 – SULIC/SEPLAN (fls.

003 a 019) – Lote 01, e respectiva Ata de Registro de Preços nº 9001/2014 (fls. 073 a 085), integrante do Processo Licitatório autuado sob o número 411.000.051/2013, da Proposta de fls. 243 a 246, e da Lei nº 8.666/1993, com a readequação do valor contratual anual de R\$ 728.901,57 (setecentos e vinte e oito mil, novecentos e um reais e cinquenta e sete centavos) para o valor trimestral de R\$ 194.812,71 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e doze reais e setenta e um centavos) Da Dotação Orçamentária: A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: 13.101; II – Programa de Trabalho: 04.122.6203.2985.0002; III – Natureza da Despesa: 3.3.90.39; IV – Fonte de Recursos: 100; V – Nota de Empenho: 2015NE00297. Do Prazo de Vigência: O presente Termo Aditivo entra em vigência a partir de 19/03/2015 até 16/06/2015. Da Assinatura: 18/03/2015. Dos Signatários: Pela SEGAD: ANTONIO PAULO VOGEL DE MEDEIROS, na qualidade de Secretário de Estado e pela Contratada: NELSON NAOZO MOREIRA KUMEDA e DANIELE FERREIRA, na qualidade de Procuradores da Empresa.

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS
GERÊNCIA DE APOSENTADORIAS

EDITAL Nº 04/2015 – CONVOCAÇÃO

A GERENTE DE APOSENTADORIAS, DA COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DESBUROCRATIZAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, convoca os familiares ou representantes legais do abaixo relacionado, para comparecerem à Gerência de Aposentadorias e Pensões, localizada no Edifício Anexo ao Palácio do Buriti, 7º andar, ala oeste, sala 710, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:30 às 16:00, a fim de receberem instruções quanto ao recolhimento, aos cofres do Governo do Distrito Federal, da importância paga indevidamente após o óbito de Zulmira Alves de Araújo, a seguir discriminada, ou apresentarem defesa, dentro do prazo de 10 dias, contados a partir do dia da publicação deste Edital, conforme decisão exarada em processo de reversão de crédito. Segue a ordem: NOME, MATRÍCULA, N.º PROCESSO e VALOR: ZULMIRA ALVES DE ARAÚJO, 178.161-8, 414.000.173/2015, R\$ 3.882,26 (três mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos).

MARIA DE FÁTIMA SOTERO GALDINO

SUBSECRETARIA DE LOGÍSTICA
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2015.

Processo: 411.000.037/2014, Pregão Eletrônico n.º 358/2014, objeto: Registro de Preços para aquisição de CINTA ELÁSTICA em conformidade com o Plano de Suprimentos (PLS) n.º 028/2014, para atender os diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência; assinatura da Ata: 26/03/2015, vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF; itens adjudicados e empresas adjudicatárias: 01 - J.G DA FONSECA FILHO COMÉRCIO - ME. A Ata, na íntegra, encontrar-se-á disponibilizada no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br.

MAURÍCIO SHOJI HATAKA
Coordenador

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015

Processo: 411.000.029/2014, Pregão Eletrônico n.º 351/2014, objeto: Registro de Preços para aquisição de MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS em conformidade com o Plano de Suprimentos (PLS) n.º 030/2014, para atender os diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência; assinatura da Ata: 26/03/2015, vigência: 12 meses a contar da publicação no DODF; item fracassado: 10; itens adjudicados e empresas adjudicatárias: 01, 02, 03, 07, 08, 09, 11, e 12 - COMERCIAL J&P DUARTE LTDA ME; 04, 13 e 14 - JOSÉ ESPEDITO CAVALCANTI – ME; 05 - RVA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE CONSTRUÇÕES EIRELI; 06 e 15 - ALMIX COMÉRCIO DE SUPRIMENTOS LTDA-ME. A Ata, na íntegra, encontrar-se-á disponibilizada no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br.

MAURÍCIO SHOJI HATAKA
Coordenador

CONVOCAÇÕES

O Coordenador da Coordenação de Licitações, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n.º 350/2014, para aquisição de MATERIAL DE MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS em conformidade com o Plano de Suprimentos (PLS) n.º 031/2014, para atender os diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, objeto do processo n.º 411.000.030/2014, CONVOCA as empresas classificadas em primeiro lugar a comparecerem à Coordenação de Licitações da Subsecretaria de Logística, localizada no SBS Qd. 02 Bloco “L” - Ed. Lino Martins Pinto – 6.º andar – Brasília – DF, no período de 01, 02 e 06 de abril de 2015, no horário de 8h30 às 12h e das 14h30 às 17h30, para assinatura da Ata de Registro de Preços. Maurício Shoji Hataka.

O Coordenador da Coordenação de Licitações, tendo em vista a homologação do Pregão Eletrônico n.º 359/2014, para a aquisição de MATERIAL DE EXPEDIENTE em conformidade com o Plano de Suprimentos (PLS) n.º 025/2014, para atender os diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, objeto do processo n.º 411.000.034/2014, CONVOCA as empresas classificadas em primeiro lugar a comparecerem à Coordenação de Licitações da Subsecretaria de Logística, localizada no SBS Qd. 02 Bloco “L” - Ed. Lino Martins Pinto – 6.º andar – Brasília – DF, no período de 01, 02 e 06 de abril de 2015, no horário de 8h30 às 12h e das 14h30 às 17h30, para assinatura da Ata de Registro de Preços. Maurício Shoji Hataka.

DIRETORIA DO PREGÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2015

Objeto: Registro de Preços de material de Proteção e Segurança (carga e/ou recarga de extintores), conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. Data e horário para recebimento das propostas: Até às 09h00min do dia 15/04/2015, processo n.º 414.000.551/2015. Valor Estimado R\$ 159.218,98. O edital poderá ser retirado no endereço eletrônico www.compras.df.gov.br. Informações referentes ao cadastro ou ao site através do telefone 3312.5325/3312.5329.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.
VALÉRIA MARIA DE ARAÚJO
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO – NOVA DATA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 148/2014 – UASG 925041

A Pregoeira comunica que o pregão acima citado cujo objeto é serviço de locação de veículos, máquinas e equipamentos, incluindo operação e manutenção preventiva, corretiva e funcionalidades, inclusive serviço eletrônico de rastreamento e monitoramento com medição de hora produtiva e quilômetro rodado, respectivamente, conforme especificações, condições e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do edital. Processo n.º 362.004.470/2013, que se encontrava adiado “sine die”, terá nova data e horário para recebimento das propostas: até 14h00min do dia 15/04/2015. Valor total anual estimado R\$ 81.345.300,48. Unidade Orçamentária: 09.101. Programa de Trabalho 15.452.6208.8508.9135, elemento de despesa 33.90.39. Fonte de recurso: 100. O novo edital poderá ser retirado no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br <http://www.compras.df.gov.br/>. Mais informações através do telefone: 0xx(61) 3312.5287.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.
ISABEL CRISTINA DA SILVA GUTHIER

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2015 - UASG 926154

A Pregoeira comunica aos interessados que o pregão acima citado, processos n.ºs: 411.000.024/2014 e 410.000.189/2014, cujo objeto é o registro de preços para prestação de serviços de Bombeiros Particulares que atuem em brigada contra incêndio e pânico, com alocação de postos diurnos e noturnos, para atender demanda da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização e outros órgãos do Governo do Distrito Federal conforme condições e especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I do edital, encontra-se suspenso em cumprimento ao Despacho Singular n.º 209/15 – GCAM do Tribunal de Contas do Distrito Federal, processo n.º 6.421/2015, até ulterior manifestação daquela Corte de Contas.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.
GERARDA DA SILVA CARVALHO

AVISO DO RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 369/2014

O Pregoeiro torna público o resultado de julgamento do Pregão epigrafado, cujo objeto (lote 1) foi adjudicado a licitante Brasília Telefonia e Informática LTDA – ME (08.992.066/0001-17) com o percentual de desconto de 9.66% e valor total de R\$ 20.193,14. Mais informações no site: www.comprasnet.gov.br – UASG SEGAD 926154. Processo n.º: 002.000.616/2014.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.
CARLOS ALEXANDRE GOMES DE MEDEIROS

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

BANCO DE BRASÍLIA S/A

SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAL,
PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS
GERÊNCIA DE CONTRATAÇÕES

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2015/001

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A. torna público o Edital de Credenciamento 2015/001. Período de Recebimento da Documentação: A partir do dia 01/04/2015 por período indeterminado, das 8h às 18h. Local de Recebimento: SBS Quadra 01 Bloco E Ed. Brasília 16º Andar – Brasília/DF na GEREM – Gerência de Engenharia e Manutenção. Objeto: Credenciamento de empresas para a prestação dos serviços de avaliação de bens para o BRB, conforme especificações do Edital e seus Anexos. Local de obtenção do Edital: gratuitamente no site do BRB na Internet www.brb.com.br ou no SBS Quadra 01 Bloco E Ed. Brasília 16º Andar – Brasília/DF, mediante recolhimento prévio de R\$ 10,00 (dez reais), em qualquer agência do BRB, na conta 027.999.011-1. Processo n.º. 132/2015. Marco Aurélio Monteiro de Castro. Comissão de Julgamento.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

CENTRAL DE COMPRAS

AVISO DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 102/2015.

Objeto: Registro de Preços, válido pelo prazo de 12 meses, para eventual aquisição de medicamen-

tos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.013623/2014. Total de 06 itens. Valor Estimado: R\$ 11.162.268,90. Edital: 01/04/2015 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2015 às 8h e abertura das Propostas: 14/04/2015 às 10h no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

ÉRICA NEGRYS OLIVEIRA SANTOS
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 103/2015

Objeto: Registro de Preços, válido pelo prazo de 12 meses, para eventual aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.013378/2014. Total de 06 itens. Valor Estimado: R\$ 1.298.140,20. Edital: 01/04/2015 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2015 às 8h e abertura das Propostas: 14/04/2015 às 10h no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

ÉRICA NEGRYS OLIVEIRA SANTOS
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 104/2015

Objeto: Solicitação de Registro de Preços, válida pelo prazo de até 12 meses, para eventual aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.013.360/2014. Total de 07 itens. Valor Estimado: R\$ 1.840.680,60. Edital: 01/04/2015 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2015 às 8h e abertura das Propostas: 14/04/2015 às 15h no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

ÉRICA NEGRYS OLIVEIRA SANTOS
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 105/2015

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.013.207/2014. Total de 07 itens. Valor Estimado: R\$ 1.242.290,00. Edital: 01/04/2015 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2015 às 8h e abertura das Propostas: 14/04/2015 às 15h no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

ÉRICA NEGRYS OLIVEIRA SANTOS
Pregoeira

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 106/2015

Objeto: Registro de Preços, válido pelo prazo de 12 meses, para eventual aquisição de medicamentos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.013821/2014. Total de 13 itens. Valor Estimado: R\$ 23.272.535,05. Edital: 01/04/2015 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2015 às 8h e abertura das Propostas: 14/04/2015 às 10h no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

ISABELLA NASCIMENTO SILVA
Pregoeira

AVISO DE ALTERAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO POR SRP Nº 89/2015

Objeto: Aquisição de Material de consumo (protetor ocular neonatal) em Sistema de Registro de Preços para atender as necessidades da Secretaria de Saúde-DF, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital. Processo nº: 060.006124/2014. Total de 03 itens. Valor Estimado: R\$ 1.874.190,00. Edital: 01/04/2015 de 8h às 12h e de 14h às 17h. Entrega das Propostas: a partir de 01/04/2015 às 8h e abertura das Propostas: 14/04/2015 às 08h no site www.comprasnet.gov.br. O Edital encontra-se disponibilizado sem ônus, no site ou com ônus no endereço: SAIN – Setor de Áreas Isoladas Norte – Parque Rural s/nº - Asa Norte – Bloco “A”, 1º andar, sala 83/124, Central de Compras da SUAG/SES, CEP 70770-200, Brasília/DF.

PRISCILLA MOREIRA FALCÃO
Pregoeira

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 11/2014 (*)

Processo Nº: 460.000297/2013; Partes: SEDF X ASSOCIAÇÃO DAS OBRAS PAVONIANAS DE ASSISTÊNCIA – CENTRO EDUCACIONAL DA AUDIÇÃO E LINGUAGEM “LUDVICO PAVONI” – CEAL/LP; Assinatura: 04/08/2014; Vigência: 03 (três) anos, a partir de sua assinatura; Objeto: oferecer, conjunta e gratuitamente, nas dependências do CEAL/LP o atendimento, preferencialmente por meio do método Aurioral, a 350 (trezentos e cinquenta) estudantes com deficiência da

audição, matriculados em instituições públicas do DF, na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, com exceção dos estudantes de múltiplas deficiências; Assinantes P/SEDF: Marcelo Aguiar. – P/CEAL: José Roberto de Oliveira Filho.

(*) Republicação por incorreção no original publicado no DODF nº 160, de 07/08/2014, pág. 64.

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

APLICAÇÕES DE PENALIDADES

Processo: 080.003.413/2014. Em face da competência delegada através do art. 5º da Portaria nº 121, de 24 de março de 2009, com fulcro no artigo 87, inciso II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e artigo 4º, incisos I e III do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 26.993 de 12 de julho de 2006, RESOLVE APLICAR MULTA em desfavor da empresa RÔMULO NONATO DA SILVA JUNIOR, CNPJ nº 11.377.888/0001-00, no valor de R\$ 3.997,40 (três mil novecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), conforme memória de cálculo nº 04/2015 – referente ao atraso injustificado na entrega dos produtos especificados na Nota de Empenho nº 3603/2014 –, constante nos autos 080.003.413/2014. A referida empresa tem cinco dias úteis a contar da publicação desta, para apresentar defesa. Antônio José Rodrigues Neto -Subsecretário.

Processo: 080.003.655/2011. Em face da competência delegada através do art. 5º da Portaria nº 121, de 24 de março de 2009, com fulcro no artigo 87, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e artigo 4º, incisos I e III do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelo Decreto 26.993 de 12 de julho de 2006, RESOLVE APLICAR MULTA em desfavor da empresa PRIMEIRA LINHA COMERCIAL DE ROLAMENTOS LTDA, CNPJ nº 24.907.602/0003-57, no valor de R\$ 798,61 (setecentos e noventa e oito reais e sessenta e um centavos), conforme memória de cálculo nº 25/2014 – referente ao atraso injustificado na entrega dos produtos especificados na Nota de Empenho nº 01463/2013 – Reconhecimento de Dívida da Nota Empenho nº 3134/2010, constantes nos autos 080.003.655/2011. A referida empresa tem cinco dias úteis a contar da publicação desta, para apresentar defesa. Antônio José Rodrigues Neto -Subsecretário.

Ante o exposto, com base nas provas esquadras para os autos do processo 460.000.158/2013, em epígrafe, e, com base na competência delegada por meio do art. 5º da Portaria nº121, de 24 de março de 2009, com fulcro no artigo 87, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e artigo 4º, inciso IV, do Decreto nº 26.851, de 30 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 26.993, de 12 de julho de 2006, RESOLVE APLICAR MULTA, no valor de R\$15.885.207,84(quinze milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, duzentos e sete reais e oitenta e quatro centavos) à empresa SANGARI DO BRASIL, pela ausência de comprovação de entrega de materiais e da prestação dos serviços de formação de mediadores e de professores. Antônio José Rodrigues Neto -Subsecretário.

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 63/2012

Processo: 113.009.340/2011 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e CONSÓRCIO DF INTERLIGADO (TOPOCART/LOGIT) - OBJETO: Prorroga o prazo de execução por 60 (sessenta) dias, devendo expirar-se em 28/05/2015 e estende a vigência contratual 30/06/2015. – DATA DA ASSINATURA: 27/03/2015. ASSINANTES: Pelo DER/DF: HENRIQUE LUDUVICE; Pela Contratada: ALESSANDRA SUGAMOSTO.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2014

Processo: 113-004262/2014 - PARTES: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL e CONSÓRCIO JM/CIDADE constituído pelas empresas JM TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA e CONSTRUTORA CIDADE LTDA. - OBJETO: Paralisa o contrato por 60 (sessenta) dias, a partir de 04/04/2015, devendo encerrar-se em 03/06/2015. – DATA DA ASSINATURA: 30/03/2015. - ASSINANTES: Pelo DER/DF: HENRIQUE LUDUVICE; Pela Contratada: SANDRA PAULA DE ÁVILA OLIVEIRA.

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DIRETORIA DE MATERIAIS E SERVIÇOS

AVISO DE LICITAÇÃO- NOVA DATA CONCORRÊNCIA Nº 10/2014

Processo:	113.013043/2014.
Modalidade/Número:	Concorrência nº 010/2014
Tipo:	Técnica e Preço
Objeto:	Elaboração de projeto executivo de engenharia para execução da pavimentação das vias de acesso às escolas – programa “Caminho das Escolas”.
Valor Estimado (R\$):	R\$ 10.119.176,88
Dotação Orçamentária:	A despesa correrá a conta do Programa de Trabalho 26.782.6216.1968-0013 – (PEDF) – Elaboração de Projetos de Engenharia – DER – Plano Piloto. Natureza de Despesa 44.90.51. Fonte 135.
Prazo Execução:	315 dias.
Nova Data/Hora de Abertura:	26/05/2015 às 10h00min
Contatos:	Fone: (61) 3342-2083

Local de Realização:	SAM, Lote "C", Brasília-DF, Cep: 70.620-030, Edifício Sede do DER/DF, 2º andar, sala 208, Comissão Julgadora Permanente - CJP.
Retirada do Edital	Gerência de Licitações - GELIC, Edifício Sede do DER/DF, 1º andar, sala 102, localizado no SAM, Lote "C", Brasília - DF, CEP: 70.620-030, mediante pagamento de taxa, ou no endereço eletrônico www.der.df.gov.br, gratuitamente.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.
CÉLIA MARIA SIQUEIRA LEAL
Diretora de Materiais e Serviços

SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2013

Processo: 370.000.370/2012 – PARTES: DISTRITO FEDERAL/SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL X A S&S COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA ME. DO OBJETO: Rescisão contratual amigável com base no inciso II, do artigo 79, da Lei de nº 8.666/93. DA VIGÊNCIA: A partir da data de sua assinatura. Data de assinatura: 30/03/2015. Signatários: Pelo Distrito Federal: Arthur Bernardes de Miranda, na qualidade de Secretário de Estado. Pela contratada: Rodrigo Soares de Souza, na qualidade de Sócio.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA

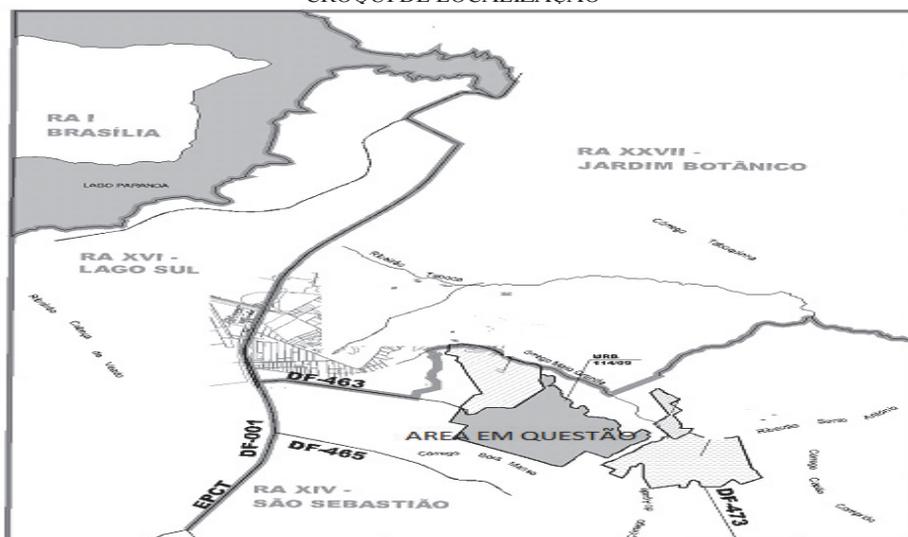
2º Ofício do Registro de Imóveis do D. F.

EDITAL PARA CONHECIMENTOS DE TERCEIROS

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc...

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que por parte da COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP, Empresa Pública com sede nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.359.877/0001-73, na qualidade de proprietária de uma área de terras de 439,3713ha., desmembrada de uma área maior denominada Gleba "A, na antiga fazenda "Papuda", conforme matrícula nº 109.002, desta serventia, localizada no perímetro do Distrito Federal, conforme croqui abaixo, foi aqui depositada, para os fins da Lei nº 6.766, de 19/12/1979, a documentação exigida pelo artigo 18, da referida lei e legislações aplicáveis à espécie, relativo ao MEMORIAL DE PARCELAMENTO, por LOTEAMENTO, referente à parte do Núcleo Urbano de SÃO SEBASTIÃO - Região Administrativa de São Sebastião - RA-XIV, consubstanciado no Projeto de Urbanismo URB:114/09 e Memorial Descritivo MDE114/09. O Memorial de loteamento que se pretende registrar é composto de 7.939 unidades imobiliárias, sendo 7.176 destinadas a Residência Unifamiliar; 449 para uso Comercial de Bens e Serviços; 207 para uso Industrial; 08 para uso Institucional; 12 para Templos; 04 para Posto de Lavagem e Lubrificação (PLL); 08 para Equipamento Público Urbano (EPU) e 75 para Equipamento Público Comunitário (EPC), totalizando 45,55% da área. Terá ainda um sistema de circulação ocupando 21,24% do imóvel; Espaços Livres de Uso Público (Praças + ELUP) com 12,51% da área; Parques: 7,35% da área; Área de Parcelamento Futuro: 8,74% do imóvel e Áreas de Parcelamento Condicionado: 4,61% da área. O Decreto nº 35.855, de 29/09/2014, do Governador do Distrito Federal, publicado no "DODF" de 30/09/2014 aprovou o referido parcelamento e foi expedida a Licença de Instalação nº 039/2014 pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal Brasília Ambiental - IBRAM. Ficam os documentos que compõem o citado Memorial à disposição de quem interessar possa, neste Serviço Registral, instalado no SCS Quadra 08 – Bloco "B-60" – Sala 140-C, 1º andar do Edifício Venâncio 2000, nesta cidade. As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados com o registro, devem ser apresentadas no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação do presente Edital. Escoado o prazo e não sendo postulada qualquer reclamação, será efetuado o registro pretendido, nos termos do § 1º, do art. 19, da mencionada Lei. Dado e passado nesta cidade de Brasília (DF), aos 30 dias do mês de Março de 2015.

CROQUI DE LOCALIZAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 02/2014

Processo: 430.000.289/2011. Partes: SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO e THIAGO DO VALLE ARAÚJO. Objeto: 1) Alterar o nome da Secretaria de Estado de Trabalho do Distrito Federal, de acordo com o art. 8º, §1º, Inciso II, do Decreto Distrital nº 36.236/2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 01, de 01 de janeiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação: SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO – SETRAB”. 2) Alterar o item 4.2 da Cláusula Quarta – do Prazo de Vigência, de acordo com o Decreto nº 36.246, publicado no DODF nº 3, de 02 de janeiro de 2015, que passa a ter a seguinte redação: Os contratos celebrados com prazo de vigência superior a 12 (doze) meses, poderão ter seus valores, anualmente, reajustados, tendo por base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou na sua extinção, por outro índice que venha a ser fixado de acordo com os dispositivos legais vigentes. 3) Prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais um período de 12 (doze) meses, com base no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93. Data da assinatura: 26 de março de 2015. Partes: Pela SETRAB, Georges Michel Sobrinho e pela Contratada, Thiago do Valle Araújo.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE FUNDOS FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL

NOTIFICAÇÃO

Ficam os Senhores (as) abaixo relacionados, notificados, nos termos do Art. 15 da Lei nº 5.024, de 27 de fevereiro de 2013, e do Art. 11 – Caput, da Resolução nº 02, de 12 de novembro de 2014 para comparecerem, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da publicação deste Ato, ao Banco de Brasília S/A, DEGOV/GESOG, situado no Setor Bancário Sul, Quadra 01, bloco B, 2º Andar, Ed. Brasília, para quitar as prestações em débito, referente ao financiamento contraído junto ao Fundo de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal-FDR/SEAGRI-DF: 1) Rosângela Pereira Dutra, na qualidade de proponente – CPF Nº 765.587.701-72 – Nota de Crédito Rural Nº 2013/012 – Processo nº 070.000.937/2013; 2) José Martins da Silva, na qualidade de avalista – CPF Nº 620.787.391-20 – Nota de Crédito Nº 2013/012 - Processo nº 070.000.937/2013.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.

JORGE CARLOS V. DE CARVALHO
Secretaria Executiva de Gestão de Fundos
Chefe

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA PAZ SOCIAL

SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015.

Processo: 050.000.996/2014. Tipo: Menor Preço. Objeto: Ata de registro de preços para futura aquisição de creme dental para os internos do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, conforme especificações, condições e quantidades estipuladas no item 3 do Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. A SSPDF informa a ADJUDICAÇÃO do objeto do certame à empresa EXCELENCIA EVENTOS E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ: 10.878.804/0001-41, com o valor unitário de R\$ 0,819 e total de R\$ 122.850,00; com fulcro no inc. IX, art. 11, do Dec. 5.450/2005 e informa ainda a HOMOLOGAÇÃO do certame com fulcro no inc. VI, do Art. 8º, do Dec. nº 5.450/2005.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.

ÁLVARO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS
Subsecretário de Administração Geral

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2015

Processo: 050.000.876/2014. Tipo: Menor Preço. Objeto: Contratação de Concessionária da marca RENAULT, sediada no Distrito Federal, para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças genuínas, acessórios, componentes e materiais recomendados pelo fabricante, de acordo com as características e especificações técnicas dos veículos modelos: SANDERO EXPRESSION, motor Flex 1.6, 4 cilindros, 106cv, 05 portas e SANDERO AUTHENTIQUE, motor flex 1.0, 4 cilindros, 05 portas, conforme relação discriminada no item 4.1 do Termo de Referência e que compõem a frota da SSPDF. A SSPDF informa a ADJUDICAÇÃO, pelo Pregoeiro, com fulcro no inciso XI do Artigo 11 do Decreto nº 5.450/2005, à empresa TECARDF VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ 04.621.624/0001-87, do Item 1 com percentual de desconto de 13,20% no valor de R\$ 290.943,88 e a HOMOLOGAÇÃO do certame, de acordo com o inciso VI do Artigo 8º do citado Decreto.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.

ÁLVARO HENRIQUE FERREIRA DOS SANTOS
Subsecretário de Administração Geral

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

EDITAL Nº 08, DE 30 DE MARÇO DE 2015

CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

O COMANDANTE-GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a autorização concedida pelo Conselho Permanente Recursos Humanos (CPRH) da Secretaria de Estado de Gestão Administrativa do Distrito Federal, nos autos do Processo Administrativo nº 054.001.272/2013, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 191 de 15 de setembro de 2014, e ainda, o contido nos Editais n.º 41-DGP/ PMDF, publicado no DODF n.º 250 de 12 de dezembro de 2012 e n.º 19-DGP/ PMDF de 26 de fevereiro de 2014, RESOLVE:

1. CONVOCAR, em cumprimento a determinação judicial, o candidato a seguir relacionado, para comparecer na Diretoria de Pessoal Militar, Seção de Cadastro e Assentamentos, situada no Setor Policial Sul, área especial nº 4, Asa Sul, Brasília - DF na data e horário a seguir discriminado, a fim de efetuar a entrega da documentação necessária para ingresso na Polícia Militar do Distrito Federal, e matrícula no curso de formação de Soldado Policial Militar da Polícia Militar do Distrito Federal, prevista no subitem 2.1 do presente edital.

Dia 06 de abril de 2015, às 14:00 horas.

141103952, EVERTON SANTANA DE OLIVEIRA, AO Nº 2014.01.1.044445-8.

2. DO INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL E MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADO POLICIAL MILITAR DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL (CFSDPM)

2.1. O candidato convocado deverá apresentar os seguintes documentos:

- cópia do PIS/PASEP (não poder ser NIT);
- original do Certificado de Reservista de 1ª ou 2ª Categoria ou Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) para os candidatos masculinos;
- declaração de Não Acumulação de cargo público (conforme formulário disposto no site da PMDF);
- cópia do Título de Eleitor e comprovante de votação da última eleição nos dois turnos, quando for o caso;
- cópia do CPF (Cadastro de Pessoa Física) que deverá estar sem restrições pela Receita Federal;
- cópia da Certidão de Nascimento ou Casamento;
- cópia da Carteira de Identidade do Distrito Federal, caso não possua, providenciar Registro Geral do Distrito Federal (tirar carteira de identidade da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal);
- declaração de bens e direitos conforme formulário disposto no site da PMDF;
- cópia do diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal;
- tipo sanguíneo com o fator RH (expedido pelo laboratório de análises clínicas);
- cópia do comprovante de residência com CEP (conta de água e esgoto, energia elétrica ou telefone);

2.2. O candidato deverá preencher ficha cadastral de inclusão de novos policiais militares on line disponível no site da Polícia Militar do Distrito Federal, a qual deverá ser impressa, assinada e entregue juntamente com a documentação exigida no subitem anterior.

2.3. O Candidato convocado deverá abrir uma conta corrente no Banco de Brasília conforme artigo 144, § 4º, da Lei Orgânica do Distrito Federal;

2.4. O candidato que deixar de apresentar qualquer um dos documentos previsto no subitem acima, será eliminado do certame.

3. REGIME JURÍDICO DE TRABALHO: O Soldado PM de 2.ª classe aprovado no Curso de Formação de Praças (CFP) será promovido a Soldado PM de 1.ª classe, de acordo com o Estatuto dos Policiais Militares da PMDF (Lei n.º 7.289/84, alterada pelas Leis n.ºs 7.475/86, 10.486/02 e 11.134/05) e o Regulamento para o Corpo de Praças da PMDF (Decreto GDF n.º 10.260/87), respeitadas as prescrições da Lei do Serviço Militar e seu regulamento, salvo o candidato incluído na PMDF de forma precária em cumprimento à determinação judicial, caso não haja ordem expressa para sua promoção.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Será convocado para admissão (incorporação) na Polícia Militar do Distrito Federal e matrícula no Curso de Formação de Praças (CFP) o candidato classificado de acordo com o resultado final do concurso, respeitando-se o limite de vagas estabelecido neste edital e as demais exigências do presente edital.

4.2. Será considerado desistente e conseqüentemente eliminado do concurso o candidato que, uma vez convocado para admissão (incorporação) e matrícula, não comparecer na data, no horário e no local estabelecido.

4.3. O CFP, de caráter eliminatório e classificatório, será realizado na Escola de Formação Praças da Polícia Militar do Distrito Federal com dedicação integral.

4.4. Durante a realização do Curso de Formação de Praças, o aluno (Soldado de 2.ª Classe) perceberá remuneração mensal, de acordo com a Lei de Vencimentos da Polícia Militar do Distrito Federal.

4.5. Os casos de aprovação e reprovação no CFP constarão de Normas, Regulamentos e demais dispositivos baixados pelo Comando-Geral da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo Diretor de Ensino e Cultura e pelo Comandante da Escola de Formação Praças.

4.6. Todas as despesas com material didático, necessário para a realização do CFP, correrão por conta do candidato.

4.7. O CFP não é etapa do concurso, conforme previsto no subitem 1.3 do edital nº 41-DGP/ PMDF, publicado no DODF n.º 250 de 12 de dezembro de 2012.

FLORISVALDO FERREIRA CESAR

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO, AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 19/2014

Processo: 054.001.430/2012 – Partes: DF/PMDF x SPAZIO VITA FISIOTERAPIA LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva, devido à determinação legal do § 1º do art. 2º do Decreto 36.246 de 02 de janeiro de 2015, renegociação e acordo entre as partes, onde fica estabelecida a redução de 20% (vinte por cento) sobre todas as tabelas, e/ou pacotes, se houver. ASSINATURA:

01/03/2015 SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GLAUMER LESPINASSE ARAUJO, Chefe do DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL. Pela CONTRATADA: PAULO AUGUSTO SOUZA LARA LEÃO, na qualidade de Representante Legal.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO, AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 33/2012

Processo: 054.002.555/2009 – Partes: DF/PMDF x COPP – Clínica De Orientação Psicopedagógica. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva, devido à determinação legal do § 1º do art. 2º do Decreto 36.246 de 02 de janeiro de 2015, renegociação e acordo entre as partes, onde fica estabelecida a redução de 33% (trinta e três por cento) sobre o valor da tabela CRP. ASSINATURA: 01/03/2015 SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GLAUMER LESPINASSE ARAUJO, Chefe do DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL. Pela CONTRATADA: JATAÇARA LELIS BELÊSA, na qualidade de Representante Legal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO, AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 39/2012

Processo: 054.002.555/2009 – Partes: DF/PMDF x SELF PSICOLOGIA LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva, devido à determinação legal do § 1º do art. 2º do Decreto 36.246 de 02 de janeiro de 2015, renegociação e acordo entre as partes, onde fica estabelecida a redução de 33% (trinta e três por cento) sobre o valor da tabela CRP. ASSINATURA: 01/03/2015 SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GLAUMER LESPINASSE ARAUJO, Chefe do DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL. Pela CONTRATADA: MARIANA LEANDRO PERDIGÃO NOGUEIRA, na qualidade de Responsável Legal.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO, AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 44/2012

Processo: 054.002.555/2009 – Partes: DF/PMDF x G & R CLÍNICA DE PSICOLOGIA LTDA. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva, devido à determinação legal do § 1º do art. 2º do Decreto 36.246 de 02 de janeiro de 2015, renegociação e acordo entre as partes, onde fica estabelecida a redução de 33% (trinta e três por cento) sobre o valor da tabela CRP. ASSINATURA: 01/03/2015 SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GLAUMER LESPINASSE ARAUJO, Chefe do DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL. Pela CONTRATADA: GLAUBER RODRIGUES DE FREITAS, na qualidade de Sócio Representante.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO, AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 47/2012

Processo: 054.002.555/2009 – Partes: DF/PMDF x CLINISER – Clínica Integrada de Medicina, Psicologia e Psicopedagogia Ltda-EPP. Objeto: O presente Termo Aditivo objetiva, devido à determinação legal do § 1º do art. 2º do Decreto 36.246 de 02 de janeiro de 2015, renegociação e acordo entre as partes, onde fica estabelecida a redução de 33% (trinta e três por cento) sobre o valor da tabela CRP. ASSINATURA: 01/03/2015 SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: GLAUMER LESPINASSE ARAUJO, Chefe do DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA AO PESSOAL. Pela CONTRATADA: MÔNICA DOMENICI SIMÕES, na qualidade de Sócia Gerente.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
DIRETORIA DE VISTORIAS

DECLARAÇÕES DE ACEITE PARA HABITE-SE

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada na ADE SUL CONJUNTO 11 LOTE 01 – SAMAMBAIA - DF, de destinação COMERCIAL, área construída de 801,16m², visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se nº 081/2015, expedido em 19/03/2015.

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada na QUADRA 10 CONJUNTO 01 LOTES 02 e 03 – SCIA – BRASÍLIA – DF, de destinação COMERCIAL, área construída de 264,00m², visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se Nº. 083/2015, expedido em 24/03/2015.

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada na QNN 31 ÁREA ESPECIAL "A" – CEILÂNDIA – DF, de destinação COMERCIAL, área construída de 11.099,83m², conforme ART'S Nº 0720140061730, 0720130050450, 0720150009634, visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se Nº. 084/2015, expedido em 24/03/2015.

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada no TRECHO 17 VIA IA-4 LOTE 1235 – SIA – BRASÍLIA – DF, de destinação COMERCIAL, área construída de 1.800,00m², conforme ART'S Nº 0720150010285, 0720150010286, visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se Nº. 088/2015, expedido em 26/03/2015.

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada na QS 306 CONJUNTO 07 LOTE 04 – SAMAMBAIA – DF, de destinação COMERCIAL, área construída de 289,96m², visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se Nº. 089/2015, expedido em 26/03/2015.

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada no SETOR DE DIVULGAÇÃO CULTURAL LOTE 04 – BRASÍLIA – DF, de destinação CONCENTRAÇÃO DE PÚBLICO, área construída de 1.976,44m², conforme ART'S Nº 0720150009217, 0720130011230, visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se Nº. 090/2015, expedido em 26/03/2015.

O DIRETOR DE VISTORIAS, DO DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO, DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere os artigos 24, 26 e 40 do Decreto Federal nº 7.163, de 20 de abril de 2010 que regulamenta o artigo 10-b, inciso I, da Lei Federal nº 8.255 de 20 de novembro de 1991, que dispõe sobre a Organização Básica do CBMDF, combinado com o inciso VI do art. 15 da Lei nº 1.172 de 24 de julho de 1996, RESOLVE: TORNAR PÚBLICO a DECLARAÇÃO DE ACEITE do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, referente à edificação localizada na QSF ÁREA ESPECIAL LOTES 06, 07 e 08 – TORRE C – TAGUATINGA – DF, de destinação MISTA, área construída de 7.190,00m², conforme ART'S Nº 0720150008361, 0720140072874, 0720140065925 e RRT Nº 3193951, visto a aprovação constante no Laudo para Habite-se Nº. 093/2015, expedido em 26/03/2015.

VICENTE TOMAZ DE AQUINO JÚNIOR

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo 053.002.230/2014. Referência: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2014 – CBMDF. O Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF informa os valores unitários constantes na ATA REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2015 – CBMDF, de Materiais de Consumo: aquisição de pneus para o CBMDF, da seguinte forma: EMPRESA BENEFICIÁRIA: PNEUS PLANALTO LTDA-ME, CNPJ: 03.751.825/0001-36

ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CÓDIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ P R O C E - D Ê N C I A	VALOR UNIT.
02	100		Unid.	Pneu uso militar OFF ROAD banda de rodagem borracha de alta resistência, tipo sem câmara - dimensões 395/85R20, conforme proposta apresentada pela empresa no termo de adjudicação nº 065/2014(SRP) em consonância com o edital e seus anexos.	TRIANGLE TRIANGLE tipo Militar 18 Lonas	R\$ 4.790,00

As especificações registradas para os itens adjudicados em licitação estão à disposição para consulta no sítio eletrônico www.cbm.df.gov.br. Jorge Martins Rodrigues de Oliveira, Diretor de Contratações e Aquisições.

PROCESSO 053.002.230/2014. REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2014 – CBMDF. O Diretor de Contratações e Aquisições do CBMDF informa os valores unitários constantes na ATA REGISTRO DE PREÇOS N.º 03/2015 – CBMDF, de Materiais de Consumo: aquisição de pneus para o CBMDF, da seguinte forma: EMPRESA BENEFICIÁRIA: MÁXIMO PNEUS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS EIRELI - EPP, CNPJ:15.376.034/0001-52

ITEM	QUANT. ESTIMADA SEMESTRAL	CÓDIGO SES	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/ P R O C E - D Ê N C I A	V A - L O R UNIT.
01	72		Unid.	Pneu veículo automotivo banda de rodagem borracha de alta resistência, tipo sem câmara radial - dimensões 185/60R15, conforme proposta apresentada pela empresa no termo de adjudicação nº 065/2014(SRP) em consonância com o edital e seus anexos.	JK VECTRA	R\$ 201,99

As especificações registradas para os itens adjudicados em licitação estão à disposição para consulta no sítio eletrônico www.cbm.df.gov.br. Jorge Martins Rodrigues de Oliveira, Diretor de Contratações e Aquisições.

DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO – ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2015

Processo: 053.000.022/2015/CBMDF. Tipo: Menor preço. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de plataformas de iluminação, conforme Edital e anexos. Valor Máximo da Contratação: R\$ 147.000,00. O DICOA informa a ABERTURA da licitação, para o dia 14/04/2015 às 13:30h. Local: site: www.comprasnet.gov.br. RETIRADA DO EDITAL pela internet, nos sites www.cbm.df.gov.br e www.comprasnet.gov.br. UASG: 170394. Inf.: (61) 3901-3481. Jorge Martins Rodrigues de Oliveira, Diretor.

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015

Processo: 053.000.023/2015/CBMDF. Tipo: Menor preço. Objeto: Registro de Preços de capacetes de combate a incêndio e lanternas. O DICOA informa a SUSPENSÃO tendo em vista ao acatamento de impugnação interposto por empresas. Inf.: (61) 3901-3481. Jorge Martins Rodrigues de Oliveira – Diretor.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015 – ASCAL/PRES - PARA REGISTRO DE PREÇOS A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP torna público que realizará Pregão Eletrônico nº 006/2015 – ASCAL/PRES – do tipo menor preço global, para Registro de Preços - objetivando a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reprografia a serem executados de forma contínua, com fornecimento de máquinas, equipamentos, materiais e serviços, incluindo o pessoal necessário, a instalação, operacionalização e manutenção de todos os equipamentos, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência (Anexo I do Edital) - Valor estimado da contratação R\$ 172.800,00 – Processo nº 112.005.403/2014 – Validade do Registro de Preços 12 (doze) meses, Prazo de entrega: 10 (dez) dias úteis e prazo de vigência Contrato: 12 (doze) meses. Data final para recebimento das propostas: 15 de abril de 2015 - às 09:00h. Início da Sessão de disputa: 15 de abril de 2015 – às 09:15h. O Edital e seus anexos poderão ser retirados exclusivamente no site www.licitacoes-e.com.br a partir do dia 1º de abril de 2015. Contatos e informações poderão ser obtidos por meio do telefone (061) 3403-2322 e email pregao.eletronico@novacap.df.gov.br.

AVISO DE REVOGAÇÃO

Comunicamos aos interessados no Pregão Eletrônico nº 051/2014 - ASCAL/PRES, que o mesmo fica revogado por Conveniência Administrativa, conforme fundamentado nos autos do processo nº 112.001.215/2014. Para maiores informações ligar para o telefax (0xx61) 3403-2321 ou (0xx61) 3403-2322. Brasília/DF, 31 de março de 2015.

FERNANDO MORAIS
Chefe da ASCAL/PRES

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA

CEB LAJEADO S/A
CNPJ 03.677.638/0001-50 NIRE 53 3 0000613-0

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos aos Senhores Acionistas que se encontram à disposição, no S.I.A. – Setor de Áreas Públicas, lote “C”, Complexo CEB, Bloco M, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303, de 31/10/2001, relativos ao exercício de 2014.

PAULO MARCOS CASCELLI DE AZEVEDO
Diretor Administrativo-Financeiro

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL**AVISO AOS ACIONISTAS**

A COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL, COMUNICA aos Senhores Acionistas que se encontra à disposição dos mesmos, na sede da Empresa, localizada na Av. Sibipiruna, lotes 13, 15, 17, 19 e 21 – Águas Claras, nesta Capital, a documentação de que trata o art. 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76, relativa ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

Brasília/DF, 30 de março de 2015.

MAURICIO LUDUVICE
Presidente

AVISO DE PROSSEGUIMENTO DE LICITAÇÃO

A Caesb torna público que dará prosseguimento ao Pregão Eletrônico nº 99/2014, processo 092.001947/2014. Tipo de licitação: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa para locação de veículos leves (veículos de passeio e utilitários) e pesados, sem motorista, para transporte de passageiro, materiais, equipamentos e ferramentas. Valor estimado: R\$ 38.897.762,00. Data final para recebimento das Propostas: 16/04/2015, às 08h30min. Início da sessão de disputa: 16/04/2015, às 10 horas. O edital e anexos estarão disponíveis no portal LICITACOES-E www.licitacoes-e.com.br, ID: 546166, a partir do dia 02/04/2015. Informações: (61) 3213-7130, pregao@caesb.df.gov.br ou licitacao@caesb.df.gov.br.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.

SILVIO SANTOS GONÇALVES SOARES.
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO

A Caesb torna público que realizará o Pregão Eletrônico nº 28/2015, processo 092.007596/2014. Tipo de licitação: Menor Preço. Objeto: Aquisição de conjuntos moto-bomba (bomba submersível, bomba reautoescorvante e moto-bomba centrífuga) para uso em unidades de tratamento de esgotos. Valor estimado: R\$ 92.931,37. Data final para recebimento das propostas: 17/04/2015, às 08h30min. Início da sessão de disputa: 17/04/2015, às 10h. O edital e seus anexos poderão ser encontrados no portal www.licitacoes-e.com.br, ID: 579550, a partir do dia 02/04/2015. Informações: (61) 3213-7130, pregao@caesb.df.gov.br.

Brasília/DF, 30 de março de 2015.

SILVIO SANTOS GONÇALVES SOARES
Pregoeiro

RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Caesb torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 10/2015, processo 092.008686/2014, realizado no www.licitacoes-e.com.br, ID:573689, cujo objeto é Aquisição de bomba centrífuga, conforme quantidades e especificações técnicas constantes nos anexos, da forma que se segue: empresa TECNOBOMBAS BOMBAS, MOTORES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 00.819.295/0001-22, vencedora dos lotes 1 e 2 com o valor total de R\$ 22.904,72.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.

SILVIO S. GONÇALVES SOARES
Pregoeiro

SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO E HABITAÇÃO**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL****AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação para o Lote 01, do Conjunto 11 da Quadra QC-03, Lotes 02 e 03 do Conjunto 03 da Quadra QC-05, Lotes 01 e 02 do Conjunto 06 da Quadra QC-05, Lote 01 do Conjunto 10 da Quadra QC -05 e Lote 01, do Conjunto 06 da Quadra QS-01 contendo condomínios de habitações de interesse social do projeto Parque do Riacho, Riacho Fundo II – DF. Processo nº 391.000.885/2008. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental.

Brasília/DF, 24 de março de 2015.

GILSON PARANHOS
Diretor-Presidente

SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JUVENTUDE**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Processo: 417.001.128/2014. Interessado: ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE BRASÍLIA. Assunto: Liberação de Recursos do FDCA. RATIFICO, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade da Licitação para a liberação de recursos do FDCA em favor da ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE MOÇOS DE BRASÍLIA, bem como os atos praticados pela Subsecretaria de Administração Geral desta Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude com fulcro no artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, que autorizou a realização da despesa com vistas a custear a execução do projeto apresentado pela entidade e aprovado pelo CDCA, conforme a forma proposta: R\$ 147.783,80 (cento e quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos), Natureza da Despesa: 33.50.43 – Subvenção social e R\$ 11.715,50 (onze mil, setecentos e quinze reais e cinquenta centavos), Natureza de Despesa: 44.50.42 – Auxílio Investimento - Unidade: 11901 – 110901;

Programa de Trabalho: 14.243.6223.2102.9722; Fonte: 100. Publique-se. Brasília-DF, 26 de março de 2015, JANE KLEBIA DO NASCIMENTO SILVA REIS, Secretária de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude Distrito Federal.

SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER**EXTRATO DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 10/2015**

Processo: 220.000.227/2015 – Partes: SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER X IGREJA MUNDIAL DO PODER DEUS. O presente Termo de Autorização tem por objeto a autorização de uso do GINÁSIO NILSON NELSON para a realização da “CONCENTRAÇÃO DE FÉ E MILAGRES”, cf. proposta a fl. 01 e 07, constante do processo; Vigência: O presente termo terá vigência nos seguintes dias: 31 de março a 03 de abril de 2015; Ratificação: Permanecem as demais cláusulas do contrato a que se refere o presente termo de autorização; Data da assinatura: 30 de março de 2015; Signatários: Pelo Distrito Federal Leila Gomes de Barros Rêgo, na qualidade de Secretária de Estado; Pela Autorizatória Bispo Sidney dos Santos, por Procuração.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2013**

Processo: 510.000.054/2013. Partes: O Distrito Federal, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO e a empresa PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA-EPP. Objeto: Redução em 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo do pessoal contratado, conforme justificativa constante do processo, em observância ao artigo 65 da Lei 8.666/93, alínea b, §1º e Decreto nº 36.240, de 02 de janeiro de 2015. Valor: o Contrato passa a ter o seu valor total anual de R\$ 466.011,24 (quatrocentos e sessenta e seis mil, onze reais e vinte e quatro centavos), para R\$ 349.508,43 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e oito reais e quatro centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Termo Aditivo. Pelo Distrito Federal, o Sr. Jaime de Araújo Goes Recena Grassi, na qualidade de Secretário de Estado; pela Contratada, o Sr. Almon Botelho Alvarenga Junior, na qualidade de Diretor Executivo.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2013

Processo: 510.000.054/2013. Partes: O Distrito Federal, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO e a empresa PAULISTA SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA-EPP. Objeto: Prorrogação do prazo, constante da Cláusula Oitava (Da Vigência) do Contrato aditado, por mais 12 (doze) meses, que passa a ter sua vigência no período de 21/03/2015 até 20/03/2016, e a repactuação dos valores inicialmente contratados com base na justificativa do Executor do Contrato e em conformidade com art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o Termo Aditivo. Pelo Distrito Federal, o Sr. Jaime de Araújo Goes Recena Grassi, na qualidade de Secretário de Estado; pela Contratada, o Sr. Almon Botelho Alvarenga Junior, na qualidade de Diretor Executivo.

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2015**

A Defensoria Pública do Distrito Federal – DPDF, torna público que no dia 16 de abril de 2015, às 09:00h, fará realizar PREGÃO ELETRÔNICO – do tipo Menor preço por item, através do [sítio www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Objeto: Contratação de empresa para aquisição de bens de expediente (resmas de papel A4), para atender as necessidades da Defensoria Pública do Distrito Federal, com as características técnicas descritas neste Termo de Referência. Valor Total Estimado: R\$ 39.208,00 (trinta e nove mil duzentos e oito reais). Programa de Trabalho: 03.122.6009.8517.9632, Fonte: 100. Processo: 401.000.083/2015. Para retirada do Edital e seus anexos, o licitante deverá comparecer portando PEN DRIVE para gravação, na sala 510, do Edifício Zarife – Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco A, Lote 22/24, 5º Andar, Asa Sul, Brasília - DF, no horário de 9h às 11h e 30min e de 14h às 17h e 30 min. Caso a retirada do Edital seja online estará disponível através do [sítio:www.defensoria.df.gov.br](http://www.defensoria.df.gov.br). Brasília, 31 de março de 2015.

MICHELLY CAROLINE HORTMANN S. MORAIS
Pregoeira

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Informação nº: 35/2015 – Segedam (AA); Processo nº: 5.352/2015-e; Assunto: Inexigibilidade de licitação – Inscrição de servidor no curso “ORATÓRIA - A Arte de Falar em Público” – 6 a 8 de abril – Brasília (DF).

RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, a inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c art. 13, inciso VI, ambos da Lei nº 8.666/93, no valor total de R\$ 1.120,00 (um mil, cento e vinte reais), em favor da empresa FGV Management DF, para atender a despesa com inscrição.

Brasília/DF, 31 de março de 2015.

RENATO RAINHA
Presidente

EXTRATO DE DIÁRIAS

Processo nº 5.115/2015; Beneficiário: ROBISON PEREIRA DA SILVA; Evento: Reunião “Medição de Desempenho-Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas”; Local do evento: Recife - PE; Período de realização do evento: 18 a 20.03.15; Quantidade de diárias: 4,5 (quatro e meia).

Processo nº 5.115/2015; Beneficiário: MARCOS RODRIGUES SILVA; Evento: Reunião “Medição de Desempenho-Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas”; Local do evento: Recife - PE; Período de realização do evento: 18 a 20.03.2015; Quantidade de diárias: 4,5 (quatro e meia).

Processo nº 5.115/2015; Beneficiário: EMÍLIO VINHADELLI PAPADÓPOLIS; Evento: Reunião “Medição de Desempenho-Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas”; Local do evento: Recife - PE; Período de realização do evento: 18 a 20/03/2015; Quantidade de diárias: 4,5 (quatro e meia).

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Despacho nº: 150/2015 - Segedam (AA); Processo nº: 24.592/2014-e; Assunto: Reconhecimento de Dívida – SERASA S.A.

No uso da competência a mim delegada no art. 1º, inciso V da Portaria-TCDF nº 38, de 5 de janeiro de 2015, RECONHEÇO a dívida por despesas de exercícios anteriores, referente à Nota de Empenho nº 870/2014, cujo objeto é o fornecimento de certificados digitais para servidores web deste Tribunal, no valor total de R\$ 4.725,60 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), em favor da empresa SERASA S.A., com base no art. 86 do Decreto-GDF nº 32.598/2010 e art. 37 da Lei nº 4.320/1964 e, em decorrência, AUTORIZO o respectivo pagamento, condicionado à existência de recursos na dotação orçamentária própria. Em 30 de março de 2015. Paulo Cavalcanti de Oliveira - Secretário-Geral.

INEDITORIAIS**WEB THINGS PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.**

CNPJ/MF nº 08.963.501/0001-85
NIRE 5330000855-8

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da Web Things Participações em Tecnologia da Informação S.A. (“Companhia”) a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada no dia 30 de Abril de 2015, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, SCN Quadra 01, Bloco F, N. 79, Sala 316 – Asa Norte, CEP 70.711-905, para examinarem e deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (iii) Eleger os administradores.

Informações Gerais - Documentos à Disposição dos Acionistas: Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social, os documentos a que se refere o Art. 133 da Lei 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Brasília, 30 de Março de 2015.

José Geraldo Maciel Júnior
Diretor Presidente

DAR-303/2015.

MOTO AGRÍCOLA SLAVIERO S.A.

CNPJ: 00.003.228/0001-35

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convidados os Srs. Acionistas de Moto Agrícola Slaviero S.A. para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no próximo dia 15 de abril de 2015, às 09h00, na sede social da empresa, localizada à CRS 505, Bloco B, nº 35, em Brasília (DF), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Apreciação e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, acompanhados do Relatório de Auditores Independentes; II – Deliberar sobre a proposta da Diretoria acerca da destinação do resultado do exercício; III – Deliberação acerca dos juros sobre capital creditados aos acionistas no exercício de 2014, no valor de R\$ 1.618.246,47; IV – Eleição da Diretoria para o exercício 2015/2016; V – Fixação, ou não, dos honorários da Diretoria; VI – Remuneração dos acionistas para o exercício 2015/2016, pelas seguintes alternativas: na forma de juros sobre capital e/ou dividendos mensais, trimestrais, semestrais, ou ainda, conforme o resultado mensal da empresa e/ou disponibilidade de caixa; Brasília, 26 de março de 2015. Sérgio Slaviero, Diretor.

DAR-304/2015.

ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR BRASÍLIA S.A.

CNPJ/MF 00.010.215/0001-93 NIRE 5330000068-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.

Ficam convocados os senhores acionistas da Organização Hospitalar Brasília S.A. (“Companhia”) a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”), a serem realizadas no dia 30 de Abril, às 8 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Brasília, no Distrito Federal, na SHLS 716, Conjunto A, Edifício PIO X, Sala 409, CEP 70.390-906 para examinarem e deliberarem sobre as seguintes matérias:

II - Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014;
- (iii) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

I – Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) Aumento da base acionária em 400.000 ações e consequente aumento do capital social em R\$1.657.640,00 (um milhão seiscentos e cinquenta e sete mil seiscentos e quarenta reais);
- (ii) Alteração e aprovação da nova redação do Art. 5º, Capítulo 2, do Estatuto Social da Companhia;
- (iii) Assuntos gerais.

Informações Gerais:

1. Documentos à Disposição dos Acionistas: Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede social da Companhia.

2. Participação na AGOE: Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à AGOE munidos dos seguintes documentos:

- (i) Pessoa Física: Documento de Identidade;
- (ii) Pessoa Jurídica: Além da cópia do Contrato Social/Estatuto Social da Sociedade/Companhia, os atos societários que comprovem a eleição dos administradores ou a nomeação de procurador, bem como, o documento de identidade do representante que comparecer à AGOE;
- (iii) Instrumentos de mandato para representação do Acionista por procurador, outorgado nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei 6.404/76.

Brasília/DF, 30 de Março de 2015. Egipto Sarto - Diretor Presidente

DAR-314/2015.

HOSPITAL SANTA HELENA S.A.

CNPJ/MF Nº. 00.049.791/0001-44

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS
GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. acionistas do Hospital Santa Helena S.A. convocados a comparecerem para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 30 de abril de 2015, às 09 horas, na sede, localizada no SHLN BL. D, Asa Norte, Brasília-DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores e discussão das demonstrações financeiras referentes ao exercício; b) Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; c) Proposta de aumento do capital social da Companhia; d) Destituição dos membros da diretoria, eleição de novos e fixação da respectiva remuneração; e) Reforma do estatuto social.

Informações Gerais:

Encontram-se à disposição dos Senhores acionistas, na sede social da Companhia, cópia dos documentos referentes à ordem do dia.

Brasília - DF, 26 de março de 2015.

José do Patrocínio Leal
Diretor Corporativo

DAR-316/2015.

HOSPITAL SANTA LUCIA S.A.

CNPJ/MF Nº. 00.025.841/0001-53

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS
GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os Srs. acionistas do Hospital Santa Lucia S.A. convocados a comparecerem para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 30 de abril de 2015, às 14 horas, na sede, localizada na SHLS 716, Conjunto C, Blocos A, B e C, Asa Sul, Brasília-DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores e discussão das demonstrações financeiras referentes ao exercício; b) Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; c) Proposta de aumento do capital social da Companhia; d) Destituição dos membros da diretoria, eleição de novos e fixação da respectiva remuneração; e) Abertura de filial e autorização à administração da Companhia a praticar todos os atos relativos à sua concretização e regularização; e f) Reforma do estatuto social. Informações Gerais: Encontram-se à disposição dos Senhores acionistas, na sede social da Companhia, cópia dos documentos referentes à ordem do dia.

Brasília/DF, 26 de março de 2015.

José do Patrocínio Leal
Diretor Corporativo

DAR-317/2015.

HOSPITAL PRONTONORTE S.A.

CNPJ/MF Nº 00.511.816/0001-80

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ASSEMBLEIAS GERAIS
ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Ficam os Srs. acionistas do Hospital Prontonorte S.A. convocados a comparecerem para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 30 de abril de 2015, às 10 horas, na sede, localizada no SHLN, Conjunto G, Número 7, Asa Norte, Brasília-DF, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Tomada de contas dos administradores e discussão das demonstrações financeiras referentes ao exercício; b) Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos; c) Proposta de aumento do capital social da Companhia; d) Destituição dos membros da diretoria, eleição de novos e fixação da respectiva remuneração; e e) Reforma do estatuto social. Informações Gerais: Encontram-se à disposição dos Senhores acionistas, na sede social da Companhia, cópia dos documentos referentes à ordem do dia.

Brasília - DF, 26 de março de 2015.

JOSÉ DO PATROCÍNIO LEAL

Diretor Corporativo.

DAR-318/2015.

CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL**DELIBERAÇÃO CRF/DF Nº 0018/2015.**

Ementa: Dispõe sobre procedimentos administrativos relativos a pagamentos efetivados e não operacionalizados.

O CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela lei federal 3.820/60;

CONSIDERANDO os dispositivos da lei Federal nº 12.514, de 28 de outubro de 2011, que dispõe sobre as contribuições devidas aos Conselhos de Fiscalização de Profissões Regulamentadas, as quais devem ser estabelecidas com base nos valores definidos no devido diploma legal;

CONSIDERANDO os preceitos estatuídos na Resolução CFF nº 607/2014, que dispõe sobre os valores de documentos devidos aos Conselhos Federal e Regionais de Farmácia; CONSIDERANDO a existência de Pessoas Físicas e Jurídicas em situação de inadimplência quanto às anuidades, embora aleguem ter efetivado os pagamentos in cash ou mediante cártula de cheques nominais ao CRF/DF e entregues ao ex-Tesoureiro da gestão da diretoria com mandato de 2010 a 2013;

CONSIDERANDO que grande parte dos pagamentos das anuidades referentes ao ano de 2014 foram antecipada no ano de 2013 ao ex-Tesoureiro do mandato 2010 a 2013, não pode ser identificado nas contas do CRF/DF, levando tais empresas à inevitável condição de inadimplentes perante o CRF/DF;

CONSIDERANDO que a obrigatoriedade de pagamentos dos débitos existentes junto ao CRF/DF para que a Pessoa Física ou Jurídica possa renovar a Certidão de Regularidade, documento obrigatório instituído pela Resolução CFF nº 428/2004 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - A Pessoa Física ou Jurídica em situação de inadimplência quando do ato de renovação da Certidão de Regularidade Técnica ou de qualquer outro em que se mostre necessário o adimplemento junto ao CRF/DF, que possua comprovação do pagamento dos valores em aberto deverá, obrigatoriamente, seguir os procedimentos abaixo elencados, com vistas a pleitear uma possível desistência da cobrança. São eles:

i. Comunicar às autoridades policiais competentes o ocorrido, mediante lavratura de Boletim de Ocorrência (BO) com os exatos termos da negociação entabulada, devendo instruir o BO com todas as provas comprobatórias dos fatos comunicados;

ii. Protocolar junto ao CRF/DF solicitação de desistência da cobrança, instruída de cópia autenticada do Boletim de Ocorrência e de todos os documentos/provas que comprovem as alegações da parte solicitante, mormente aquelas relacionadas à comprovação do pagamento, extrato bancário dando conta da compensação - caso o pagamento tenha se dado por meio de cártula de cheque, e-mails das tratativas negociais e etc.

Art. 2º - Após o protocolo, a solicitação será encaminhada à assessoria jurídica do CRF/DF, a qual analisará a verossimilhança e idoneidade das alegações e documentos apresentados, devendo, dentro de 5 (cinco) dias, emitir parecer circunstanciado sugerindo ou não o acatamento da solicitação.

Parágrafo único - A solicitação apresentada ao CRF/DF pode ser acatada apenas em parte, devendo a assessoria jurídica, nesses casos, justificar os motivos que levaram a tal entendimento.

Art. 3º - O parecer da Assessoria Jurídica será acatado e ratificado pela Presidência e Tesouraria, com vistas a surtir os seus efeitos pretendidos.

Parágrafo Único- O parecer da Assessoria Jurídica do CRF/DF, após ratificação pela Presidência e Tesouraria do CRF/DF, será incorporado aos autos do processo de renovação da Certidão de Regularidade, e encaminhado ao setor competente para análise, juntamente com todos os demais documentos que se façam necessários.

Art. 4º - Sendo favorável à solicitante, deverá o parecer jurídico apurar se o valor comprovadamente pago satisfaz integralmente a dívida junto ao conselho, devendo a solicitante pagar ao CRF/DF a eventual diferença para fins de baixa da pendência financeira.

Art. 5º - A critério do solicitante, o pagamento dos débitos poderá parcelado mediante adesão ao Programa de Recuperação Judicial e Extrajudicial de Créditos Fiscais do Conselho Federal de Farmácia e Regional de Farmácia de Farmácia do Distrito Federal - PRF/CFF-CRF/DF, a depender da vigência do aludido Programa.

Art. 6º Esta deliberação entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

VIII Sessão Plenária Extraordinária

Brasília/DF, 26 de março de 2015

Dr. Ozório Paiva Filho - Presidente do CRF/DF.

DAR-320/2015.

**SINDUSCON-DF - SINDICATO DA INDÚSTRIA DA
CONSTRUÇÃO CIVIL DO DF****CUB - CUSTOS UNITÁRIOS BÁSICOS DE CONSTRUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL
(DESONERADO)**

A tabela a seguir transcrita refere-se aos custos unitários básicos de construção (por m²) no Distrito Federal - CUB-DF, calculados conforme a Lei 4.591 de 16/12/64, e o disposto na NBR 12.721/2006 da ABNT e para atender ao disposto no artigo 7º da Lei 12.546/11, alterado pela Lei 12.844/13 que trata, entre outros, da desoneração da folha de pagamentos na Construção Civil.

Na formação destes custos unitários básicos não foram considerados os seguintes itens, que deverão ser levados em conta na determinação dos preços por m² de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações, submuramentos, paredes-diafragma, tirantes, rebaixamento de lençol freático; elevadores, equipamentos e instalações, tais como: fogões, aquecedores, bombas de recalque, incineração, ar-condicionado, calefação, ventilação e exaustão, obras e serviços complementares, urbanização, recreação, ajardinamento, instalação e regulamentação do condomínio, impostos, taxas e emolumentos cartoriais, projetos e outros serviços.

Março/2015

PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS

VALORES EM R\$/m² / Variação Mensal %

PADRÃO BAIXO		PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
R-1	1.057,18 0,88%	R-1	1.260,21 0,40%	R-1	1.504,68 0,56%
PP-4	916,17 0,53%	PP-4	1.190,31 0,53%	R-8	1.208,80 0,49%
R-8	871,17 0,56%	R-8	1.014,30 0,38%	R-16	1.263,19 0,62%
PIS	681,22 0,56%	R-16	973,87 0,34%		

PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
CAL-8	1.156,29 0,60%	CAL-8	1.224,88 0,60%
CSL-8	1.008,28 0,53%	CSL-8	1.092,90 0,60%
CSL-16	1.335,34 0,49%	CSL-16	1.446,09 0,53%

PROJETOS - PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL (GI) E RESIDÊNCIA POPULAR (RP1Q)

RP1Q 1.028,86 -0,08%

GI 549,11 0,48%

Brasília-DF, 1º de abril de 2015. LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA - Presidente do SINDUSCON-DF. DAR.

NOTA TÉCNICA - Tabela do CUB/m² desonerado

Estes valores somente podem ser utilizados pelas empresas do setor da Construção Civil cuja atividade principal (assim considerada aquela de maior receita auferida ou esperada) esteja enquadrada nos grupos 412,432,433 e 439 da CNAE 2.0.

Salienta-se que eles não se aplicam às empresas do setor da Construção Civil cuja atividade principal esteja enquadrada no grupo 411 da CNAE 2.0 (incorporação de empreendimentos imobiliários).

A metodologia de cálculo do CUB/m² desonerado é a mesma do CUB/m² e obedece ao disposto na Lei nº 4.591/64 e na ABNT NBR 12721:2006. A diferença diz respeito apenas ao percentual de encargos sociais incidentes sobre a mão de obra. O cálculo do CUB/m² desonerado não considera a incidência dos 20% referentes a previdência social, assim como as suas reincidências. Qualquer dúvida sobre o cálculo deste CUB/m² deve ser consultada junto ao Sinduscon responsável pela sua divulgação.

CUB - CUSTOS UNITÁRIOS BÁSICOS DE CONSTRUÇÃO NO DISTRITO FEDERAL
A tabela a seguir transcrita refere-se aos custos unitários básicos de construção (por m²) no Distrito Federal – CUB-DF, calculados conforme a Lei 4.591 de 16/12/64, e o disposto na NBR 12.721/2006 da ABNT.

Na formação destes custos unitários básicos não foram considerados os seguintes itens, que deverão ser levados em conta na determinação dos preços por m² de construção, de acordo com o estabelecido no projeto e especificações correspondentes a cada caso particular: fundações, submuramentos, paredes-diafragma, tirantes, rebaixamento de lençol freático; elevadores, equipamentos e instalações, tais como: fogões, aquecedores, bombas de recalque, incineração, ar-condicionado, calefação, ventilação e exaustão, obras e serviços complementares, urbanização, recreação, ajardinamento, instalação e regulamentação do condomínio, impostos, taxas e emolumentos cartoriais, projetos e outros serviços.

Março/2015

PROJETOS - PADRÃO RESIDENCIAIS			VALORES EM R\$/m ² / Variação Mensal %		
PADRÃO BAIXO		PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO	
R-1	1.115,22	0,83%	R-1	1.339,79	0,38%
PP-4	964,87	0,50%	PP-4	1.260,69	0,50%
R-8	916,97	0,53%	R-8	1.077,51	0,36%
PIS	720,77	0,53%	R-16	1.034,64	0,32%

PROJETOS - PADRÃO COMERCIAIS CAL (Comercial Andares Livres) e CSL (Comercial Salas e Lojas)

PADRÃO NORMAL		PADRÃO ALTO			
CAL-8	1.226,75	0,57%	CAL-8	1.296,01	0,57%
CSL-8	1.071,89	0,50%	CSL-8	1.158,30	0,57%
CSL-16	1.420,05	0,46%	CSL-16	1.533,22	0,50%

PROJETOS - PADRÃO GALPÃO INDUSTRIAL (GI) E RESIDÊNCIA POPULAR (RPIQ)

RPIQ	1.104,66	-0,08%
GI	584,50	0,45%

Brasília-DF, 1º de abril de 2015.

LUIZ CARLOS BOTELHO FERREIRA
Presidente do SINDUSCON-DF. DAR.

DAR-321/2015.

IGREJA DE DEUS NO BRASIL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Supervisor Regional da Igreja de Deus no Brasil – Região Distrito Federal, CONVOCA todos os Membros e demais pessoas interessadas para a Assembleia Geral Ordinária de Constituição da Igreja de Deus no Brasil – Jardim Roriz - a realizar-se no dia 03 de maio de 2015, às 18h horas em primeira convocação, e às 18hs30min em segunda convocação com qualquer número de presentes. A Assembleia ocorrerá no templo da Igreja de Deus no Brasil, sito Setor de Oficinas Conjunto B Lote 35 Planaltina - DF, a fim de ser deliberada e discutida a seguinte ordem do dia: Fundação da organização religiosa Igreja de Deus no Brasil – Jardim Roriz, filiada à Supervisão Regional da Igreja de Deus no Brasil – Região do Distrito Federal; Apresentação e Aprovação do Estatuto Social; Posse do Pastor Titular; Ratificação da Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal e posse. Planaltina - DF, 31 de março de 2015.

PEDRO GOMES RODRIGUES

DAR-322/2015.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESA DE LOCAÇÃO DE VÍDEOS ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA CONSULTORIA DO DISTRITO FEDERAL

SCS – Edifício José Severo – 6º andar Sala 605, Brasília - DF Telefone 33217599
CNPJ – 03.204.979.0001-08

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do SINDAPOIO/DF, no gozo de suas atribuições legais e estatutárias, convoca todos os associados em condições de votar para participar da Assembleia Geral Ordinária, que

será realizada no dia, 03 de abril de 2015 às 9:00hs, em 1ª convocação, com a presença de metade mais um dos associados, ou em 2ª convocação às 09h30m, com qualquer número de associados presentes na sede da Entidade endereço supra, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas pela Diretoria referente ao exercício de 2013; b) Previsão orçamentária para 2014. Brasília/DF, 31 de março de 2015. Washington Domingues Neves – Presidente.
DAR-323/2015.

COOPERATIVA HABITACIONAL CRUZEIRO DO SUL LTDA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria da Cooperativa Habitacional Cruzeiro do Sul Ltda., no uso de suas atribuições e de acordo com o seu Estatuto Social, convoca seus associados para Assembleia Geral Ordinária, que fará realizar-se no dia 11 de abril de 2015, no canteiro de obras do Projeto Jardim das Palmeiras I, em Planaltina de Goiás-GO, observados os seguintes horários: às 8:00h, em primeira convocação, com o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos associados; às 9:00h, em segunda convocação, com o quórum mínimo de metade mais um dos associados; às 10:00h em terceira e última convocação, com o quórum mínimo de 10 (dez) associados. PAUTA DOS TRABALHOS: 1 – Prestação de contas do exercício de 2014; 2 – Eliminação e inclusão de associados no Projeto Jardim das Palmeiras I; e, 3 – Assuntos Gerais de interesse da Cooperativa. Somente poderão participar desta Assembleia os associados que tenham sido admitidos antes desta publicação. Cada cooperado somente poderá representar outro cooperado por procuração pública ou particular (Art. 45, parágrafo único). Para efeito de quórum é de 150 (cento e cinquenta) o número de associados nesta data. Brasília/DF, 31 de março de 2015, José Américo Marques de Sousa, Diretor Presidente.

DAR-324/2015.

FORT MIX COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação para atividade de serraria e desdobramento de madeira, na C.AG.V. Pires – SHCVP BL I, MOD 01, 03, 05 e 07, EPTG – Brasília-DF, CEP 72.001-970. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. REYNALDO WAGNER TAVEIRA, Diretor.

DAR-325/2015.

VIP MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação para atividade de serraria e desdobramento de madeira, na C.AG.V.P Pires – Ch 129-A, Cj A, Lts 16, 18 e 20 e Cj B, Lts 08 a 22 – Taguatinga, Brasília-DF – CEP 72.110-800. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. REYNALDO WAGNER TAVEIRA, Diretor.

DAR-326/2015.

CELSO LUIS DE CASTRO

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação para Atividade de Avicultura de Corte, na localidade Núcleo Rural Tabatinga, Chácara 132, em Planaltina, Brasília/DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Celso Luis de Castro, proprietário.

DAR-328-A/2015.

ZACARIAS SEVERINO DE REZENDE

AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença de Operação para Atividade de Avicultura de Corte, na localidade Núcleo Rural Taquara, Área Isolada 21, Retiro do Meio, em Planaltina, Brasília/DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Zacarias Severino de Rezende, proprietário.

DAR-328-B/2015.

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
 CNPJ 12.875.569/0001-80
 Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da BSB Administradora de Ativos S.A., submete à apreciação dos Senhores Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

1 – Introdução

A BSB Administradora de Ativos é uma empresa do Conglomerado BRB, controlada pela BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A e cujo objetivo social é a prestação de Serviços de Telecobrança, Tele Atendimento, Telemarketing e Call Center, podendo também participar de outras sociedades.

Cenário Econômico

O mercado de Call Center é um dos mais importantes da economia brasileira, ainda que muitas vezes não tenha o merecido reconhecimento. Além de ser um dos maiores empregadores no Brasil, dando muitas vezes a oportunidade do primeiro emprego, o setor é fundamental para a os avanços das empresas na gestão de clientes. Prova de sua força também está no seu crescimento contínuo, apresentando números acima do PIB brasileiro. E se 2014 foi um ano difícil e de muitos desafios para todos, ainda assim a atividade fecha com bons números, como apontam as pesquisas feitas com presidentes e diretores das empresas do setor. Apesar dos eventos que deixaram o ano mais curto - Copa do Mundo e Eleições - e das incertezas econômicas e políticas, as empresas de Call Center devem apresentar crescimento e a explicação está no próprio DNA da atividade, que é a busca constante por inovação e eficiência. Cientes das novas demandas, as empresas estão investindo em TI, revisão de processos e diferenciação, agregando maior valor aos serviços de acordo com pesquisas realizadas por empresas do ramo. A tendência de crescimento da renda real e a manutenção da taxa de desemprego em níveis próximos

ao de pleno emprego dão sustentação para o crescimento econômico. O grande responsável pelo crescimento desse mercado é a classe C que, mesmo endividada, continua consumindo. “As empresas sabem do valor em oferecer um bom atendimento no pós-venda. Não é à toa que o setor de SAC (Serviço de Atendimento ao Consumidor) está em expansão. E na contrapartida, com o uso intensivo do crédito, as empresas precisam de centrais de cobrança, para contatar os devedores e renegociar suas dívidas.” O consumo doméstico é favorecido, sobretudo, em serviços como telefonia fixa e móvel, TV a cabo e cartão de crédito, segmentos que têm como característica uma grande necessidade por serviços de atendimento. Neste cenário, a concorrência pelo consumidor tem proporcionado o amadurecimento do mercado interno de Call Center.

Estudos, considerando operações terceirizadas e internalizadas, apresentou um crescimento de 6,61% em relação a 2013, que atingiu R\$ 40,72 bilhões. As operações terceirizadas apresentaram um faturamento de cerca de R\$ 14,94 bilhões, crescimento de pouco mais de 4% em relação ao ano passado. Já as operações internas terão um crescimento maior, superior a 8%, e deve alcançar os R\$ 28,47 bilhões, o que representa 65% do faturamento de todo o setor no Brasil.

Criada em novembro de 2010, a BSB Ativos vem desenvolvendo suas operações preferencialmente dentro do conglomerado BRB, e no segundo semestre de 2014 a companhia firmou mais um contrato com BRB – Banco de Brasília S.A, para a assunção da CR BRB - Central de Relacionamento do BRB, levando a companhia a apresentar um crescimento de 195,70% nas receitas no segundo semestre em relação ao 1º semestre de 2014.

Recursos Humanos

Em 2014 a Companhia teve um aumento no quadro de colaboradores de 159% em relação ao exercício anterior, tal aumento se justifica pela assunção da CR BRB, a partir do 2º semestre de 2014.

Investimentos

Em 2014 a BSB Ativos investiu em aquisição de softwares, servidores e periféricos para melhorar o desempenho na prestação de serviços com maior qualidade e controle das operações, para atender a demanda de novos contratos com o conglomerado BRB para o exercício seguinte e consequentemente a reversão do cenário atual da Companhia.

Patrimônio Líquido

A controladora BRB Corretora de Seguros S.A, fez um aporte para aumento do Capital Social em 2014 no valor de R\$ 3.000.000,00, elevando o Capital Social para R\$ 8.880.000,00.

Desempenho Operacional

A BSB Ativos apresentou maior desempenho operacional no exercício de 2014 em relação ao triênio com uma variação de 4,83% em relação a 2013 na captação de receita de prestação de serviços.

Administração dos Recursos

A administração dos recursos é aplicada na operacionalização do negócio, para garantir a continuidade das operações.

Perspectivas

A Companhia elaborou seu Plano de Negócios e o seu Planejamento Estratégico para dar continuidade ao processo de recuperação iniciado no segundo semestre de 2014.

JOSÉ FLÁVIO RABELO ADRIANO

Diretor Superintendente

JÚLIO ROBERTO DE OLIVEIRA

Diretor Executivo

Balanco Patrimonial Exercícios Findos Em 31.12 De 2014 e 2013
 (Valores Expressos Em Reais)

Ativo	31.12.2014		31.12.2013		Passivo	31.12.2014		31.12.2013	
CIRCULANTE	3.048.047	2.389.874	CIRCULANTE	1.903.306	1.128.742				
CAIXAS E EQUIVALENTE DE CAIXA (NOTA 04)	1.651.380	1.912.168	OBRIGAÇÕES COM TERCEIROS (NOTA 10)	75.181	77.059				
CRÉDITOS A RECEBER (NOTA 05)	1.362.681	422.785	Fornecedores	75.181	77.059				
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 06)	26.697	41.159	OBRIGAÇÕES FISCAIS, TRABALHISTAS E SOCIAIS (NOTA 11)	1.828.125	1.051.683				
DESPESAS ANTECIPADAS	7.289	13.762	Obrigações Fiscais	204.096	52.426				
NÃO CIRCULANTE	1.604.798	518.035	Encargos, Salários e Benefícios	687.952	291.291				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (NOTA 07)	6.910		Credores Diversos	51.446	101.525				
Depósitos Judiciais	6.910		Provisões	884.631	606.441				
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 08)	1.063.699	350.332	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 12)	2.749.539	1.779.167				
Móveis e Equipamentos de Uso	1.303.745	442.759	CAPITAL	8.880.000	5.880.000				
Sistema de Comunicação	8.902	8.901	De domiciliados no país	8.880.000	5.880.000				
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	71.193	36.299	PREJUÍZOS ACUMULADOS	-6.130.461	-4.100.833				
(Depreciações acumuladas)	-320.141	-137.627	Prejuízos Acumulados	-4.100.833	-2.240.133				
INTANGÍVEL (NOTA 09)	534.189	167.703	Resultado do Exercício	-2.029.628	-1.860.700				
Direito de uso de software	626.714	180.859	T O T A L	4.652.845	2.907.909				
(Amortizações acumuladas)	-92.525	-13.156							
T O T A L	4.652.845	2.907.909							

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

JOSÉ FLÁVIO RABELO ADRIANO
 Diretor-Superintendente

JÚLIO ROBERTO DE OLIVEIRA
 Diretor Executivo
 SONIA MARIA ARAÚJO PEREIRA
 Contadora CRC/DF - 15.563/0
 CPF: 771.036.531-00

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

Demonstração Do Resultado Do Exercício
Exercícios Findos Em 31.12 De 2014 E 2013
(Valores Expressos Em Reais)

Demonstração Do Fluxo De Caixa
Exercícios Findos Em 31.12 De 2014 E 2013
(Valores Expressos Em Reais)

	31.12.2014	31.12.2013		31.12.2014	31.12.2013
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (NOTA 13)	11.106.441	10.083.592	ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Custos dos Serviços Prestados (Nota 14)	-7.836.509	-7.460.363	PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(2.029.628)	(1.860.700)
Custo de Pessoal	-6.038.121	-5.380.826	Depreciações e amortizações	256.382	76.539
Outros Custos	-1.798.388	-2.079.537	PREJUÍZO LÍQUIDO AJUSTADO	(1.773.246)	(1.784.161)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	3.269.932	2.623.229	Varição nos Ativos	(925.871)	276.102
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	-5.120.298	-4.346.748	Créditos a Receber	(944.847)	247.334
Despesa de Pessoal (Nota 15)	-3.412.352	-3.680.023	Outros Créditos	19.413	42.060
Despesas Administrativas	-1.671.417	-1.560.501	Aumento dos demais ativos circulantes e não circulantes	(437)	(13.292)
Despesas Tributárias	-33.401	-25.114	Total das variações nos Passivos	774.565	(1.243.439)
Outras Receitas Operacionais (Nota 16)	7.024	968.487	Fornecedores	(1.878)	11.555
Outras Despesas Operacionais	-10.152	-49.598	Credores Diversos	(74.143)	99.212
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	-1.850.366	-1.723.519	Obrigações Fiscais e Previdenciárias	333.035	(152.899)
Resultado Financeiro	-86.565	-50.308	Obrigações com Pessoal	512.885	(1.212.015)
Receitas Financeiras	67.757	159.439	Outras Obrigações	4.666	10.708
Despesas Financeiras	-154.322	-209.747	CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.924.553)	(2.751.498)
RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ	-1.936.931	-1.773.827	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (NOTA 17)	-92.697	-86.872	Pagamento pela aquisição de imobilizado	(890.380)	(176.932)
Contribuição Social	-26.125	-24.637	Pagamento pela aquisição de Intangível	(445.856)	(168.624)
Imposto de Renda	-66.572	-62.235	CAIXA LÍQUIDO ORIGINADOS DE INVESTIMENTOS	(1.336.236)	(345.556)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-2.029.628	-1.860.700	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Quantidade de ações	248.000	248.000	Integralização de Capital	3.000.000	2.000.000
Prejuízo líquido por ação	-8,18	-7,50	CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO DE FINANCIAMENTOS	3.000.000	2.000.000
As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis			AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(260.788)	(1.097.053)
			MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
			Início do Período	1.912.168	3.009.221
			Fim do Período	1.651.380	1.912.168
			Varição Líquida do Caixa e Equivalente de Caixa	(260.788)	(1.097.053)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

JOSÉ FLÁVIO RABELO ADRIANO
Diretor-Superintendente

JÚLIO ROBERTO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo
SONIA MARIA ARAÚJO PEREIRA
Contadora CRC/DF - 15.563/0
CPF: 771.036.531-00

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

Demonstrações Das Mutações Do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos Em 31.12 De 2014 E 2013
(Valores Expressos Em Reais)

Demonstração Do Resultado Abrangente
Exercícios Findos Em 31.12 De 2014 E 2012
(Valores Expressos Em Reais)

	CAPITAL		PREJUÍZOS		
	REALIZADO	ACUMULADOS	TOTAIS	31.12.2014	31.12.2013
Saldos em 31/12/2012	3.880.000	(2.240.133)	1.639.867		
Aumento de capital	2.000.000		2.000.000		
Prejuízo do Exercício		(1.860.700)	(1.860.700)		
Saldos em 31/12/2013	5.880.000	(4.100.833)	1.779.167		
Aumento de capital (Nota 9)	3.000.000	-	3.000.000		
Prejuízo do Exercício	-	(2.029.628)	(2.029.628)		
Saldos em 31/12/2014	8.880.000	(6.130.461)	2.749.539		
MUTAÇÕES NO PERÍODO	3.000.000	(2.029.628)	970.372		
				Prejuízo Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	(2.029.628) (1.860.700)
				Outros Prejuízos Abrangentes	- -
				Lucro Abrangente Atribuível à Controladora	- -
				Resultado Abrangente das Participações de Não Controladores	- -
				Prejuízo Abrangente do Exercício	(2.029.628) (1.860.700)

As notas explicativas são partes integrante das Demonstrações Financeiras

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

JOSÉ FLÁVIO RABELO ADRIANO
Diretor-Superintendente

JÚLIO ROBERTO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo
SONIA MARIA ARAÚJO PEREIRA
Contadora CRC/DF - 15.563/0
CPF: 771.036.531-00

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

Nota 01 - Informações Gerais

A BSB Administradora de ativos S/A., é uma Companhia integrante do Conglomerado BRB, constituída em 16/11/2010, com sede em Brasília, tem por objeto a cobrança, administração, gestão e securitização de ativos, financeiros ou não, de bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, caixas econômicas, administradoras de cartão de crédito, de créditos da Fazenda Pública, Federal, Estaduais ou Distrital, fornecimento a terceiros de Serviços de Atendimento ao Cliente – SAC, Tele atendimento, Telemarketing, Call Center e consultoria no desenvolvimento de sistemas de informática, podendo também participar de outras sociedades.
Detalhamento dos serviços prestados:

O principal contrato da BSB Ativos é com o BRB e objetiva o fornecimento de um Site da Central de Relacionamento para o Conglomerado BRB, incluindo instalações físicas (edifício), infraestrutura de rede, estações de trabalho, rede local, manutenção, suporte dos equipamentos, recursos humanos, mobiliários, material de expediente e equipamentos necessários à execução dos serviços de

teleatendimento receptivo e telemarketing ativo com sistemas de contingenciamento. Os demais contratos em carteira são:
a) Com a Corretora: Atendimento de 1º nível aos usuários de TI da BRB Corretora;
b) Com a Cartão BRB: Prestação de serviços de telemarketing receptivo e ativo para clientes de Cartões Pré-Pago e cartão Material Escolar; Prestação de serviços de Cobrança; SAC
c) Com o BRB, além do contrato da CRBRB mencionado anteriormente também presta outros serviços como:

- Atendimento de 1º nível aos usuários de TI do Banco;
- Prestação de serviços de Cobrança;
- Administração da Rede de Débitos Brasília.

Planejamento Estratégico – BSB Administradora de Ativos para 2015-2017:

A BSB Administradora de Ativos S.A. tem buscado atribuir as melhores práticas no mercado de Teleatendimento e cobrança, investindo em treinamento continuado e capacitação de profissionais sempre no intuito de elevar o resultado. As premissas do Planejamento Estratégico foram baseadas nas revisões do Plano de Negócios de 2013 e na revisão do Plano para Desenvolvimento de Novos Negócios apresentado em Março de 2014, além de reuniões com gestores no escopo

de colher diversas visões práticas do cotidiano operacional e cultural da empresa. Assim, o Planejamento Estratégico foi sendo consolidado de forma evolutiva e gradual de maneira que possibilitasse concentrar esforços na obtenção de resultados mensuráveis e positivos para as tomadas de decisões e direcionamentos estratégicos da Companhia.

A BSB Ativos concretizou uma das ações mais significativas previstas na revisão do Plano para Desenvolvimento de novos Negócios, assumindo, no segundo semestre de 2014, a Central de Relacionamento BRB - CRBRB. Com a Gestão deste contrato, a Companhia alterou de forma significativa seus resultados, o que viabilizou novas estratégias operacionais. Tais mudanças impactaram diretamente nas definições de metas e objetivos, as quais foram fatores determinantes no direcionamento e na elaboração deste Planejamento Estratégico. Desde então, foram realizados diversos investimentos em infraestrutura e tecnologia para possibilitar e viabilizar de forma eficaz a assunção da CRBRB. A BSB Ativos tem concentrado seus esforços para angariar melhores resultados, elevar sua competitividade no mercado e consolidar-se como referência no setor de Tele atendimento e cobrança no Distrito Federal.

O processo de Formulação do Planejamento Estratégico, mediante os resultados alcançados e o novo cenário que

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

a Companhia teve que se adaptar nos últimos meses, foi desenvolvido para o período de 2015 a 2017, seguindo os moldes do Conglomerado no que se refere ao Planejamento Estratégico do BRB para o mesmo período.

A metodologia do Planejamento Estratégico foi baseada na Metodologia BSC - Balanced Scorecard, Técnica Brainstorming e a construção de horizonte de longo prazo, a partir dos cenários, tendências e projeções no âmbito político, social Planejamento Estratégico – BSB Administradora de Ativos 2015-2017 econômico, regulatório e tecnológico, direcionando os esforços a partir da análise dos ambientes externo e interno. Condução O desenvolvimento deste Planejamento Estratégico se deu por diversas discussões entre as áreas da Companhia. Foram reuniões pautadas de forma singular e sequencial. A Diretoria da BSB Ativos participou dessas reuniões de forma transparente expondo as diversas expectativas que a Companhia busca consolidar para os próximos exercícios.

Na elaboração do Cenário para a elaboração do Planejamento Estratégico, foram realizadas análises dos fatos que podem influenciar o mercado de call center e cobrança em que a BSB Ativos está inserida como:

- Leis que afetam diretamente o negócio bem como as suas normas reguladoras;
- Inovações tecnológicas;
- Qualidade em atendimento;
- Dados de localização de clientes.

O Planejamento Estratégico foi elaborado tendo como premissa o direcionamento emanado da Orientação Geral dos Negócios e reuniões da Diretoria Colegiada da Companhia.

Dos Indicadores:

Indicadores e Meta Indicador é uma representação quantificável de características de produtos/serviços ou processos, utilizadas para acompanhar e melhorar o resultado ao longo do tempo. A meta é o índice de resultado que se espera alcançar com o desempenho do processo que está sendo medido. Os indicadores têm dois importantes papéis: comunicar e mensurar o alcance da estratégia, por meio da comparação do desempenho atual com a meta definida para o indicador.

A partir da formulação dos indicadores são estabelecidas as metas. É o desafio a ser alcançado. As metas têm como objetivo ser suficientes para assegurar a efetiva implementação da estratégia. Uma meta deve conter: objetivo, valor e prazo.

Os indicadores e metas para o triênio 2015-2017 buscam, além de estabelecer os objetivos singulares da BSB Ativos, contribuir de forma participativa nos objetivos e missão de todo o conglomerado BRB. Assim, seguem as perspectivas Estratégica e Financeira, Clientes, Processos internos e Pessoas.

Impacto Orçamentário:

O impacto orçamentário e financeiro para o triênio 2015 a 2017 foi elaborado de acordo com as seguintes premissas:

- O orçamento de 2015 já foi definido e aprovado pelo Conselho de Administração;
- Para 2016 e 2017, foram corrigidos 75% do contrato da CR-BRB pelo mesmo índice de reajuste de pessoal (IPCA + 2%).

Com os revisões dos processos de reestruturação interna apresentados no Planejamento Estratégico, a Companhia irá garantir a continuidade dos negócios e apresentará resultados positivos a partir do segundo semestre de 2015.

Nota 02 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e o Pronunciamento de Técnico de Contabilidade para Pequenas e Médias Companhias (“CPC-PME”) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A apresentação e a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas, incluem o valor residual do ativo imobilizado e do ativo intangível e a provisão para contingências. A liquidação dessas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos provisionados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Em conformidade com a Resolução n.º 1.184, de 15/09/2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2014, foi autorizada pela Diretoria em 27.03.2015

Base de Preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

Moeda Funcional

Nas demonstrações contábeis os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Bsb Ativos atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Bsb Ativos.

Nota 03 - Principais Práticas Contábeis

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Incluem caixa, contas correntes em instituições financeiras (as disponibilidades), e as aplicações interfinanceiras de liquidez cujo prazo de resgate é inferior a 90 (noventa) dias, com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixas são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

b) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, créditos a receber e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são avaliados com base no custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Não existem valores ajustados a valor presente (AVP),

considerando que o prazo médio de recebimento das contribuições é de 30 (trinta) dias, não existindo outros ativos e passivos de longo prazo, exceto depósitos judiciais.

i) Derivativos

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

ii) Apuração do valor justo

Para divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Bsb Administradora de Ativos utiliza a hierarquia do valor justo que reflete as mensurações nos seguintes níveis: preços cotados em mercados ativos, dados observáveis para os ativos ou passivos e dados dos ativos ou passivos não observáveis no mercado. Para os itens em que não estão disponíveis preços cotados no mercado, o valor justo é baseado em estimativas, com utilização de fluxo de caixa descontados ou outras metodologias de precificação, não podendo ser comparável com mercados independentes.

c) Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se às comissões a receber dos clientes pelos serviços prestados e estão apresentados pelo valor de realização. Os créditos a receber da Bsb Ativos não possuem provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que são créditos de curto prazo, normalmente um mês, e que não apresentam histórico de perda.

d) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são contabilizados como receitas/despesas operacionais no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada bem.

e) Intangível

Itens do intangível são reconhecidos quando: i) é ativo não monetário sem substância física; ii) for provável que benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluirão, o valor pode ser mensurado de forma confiável e o ativo não é resultado de gastos incorridos internamente.

É mensurado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

f) Redução ao valor recuperável de ativos não monetários

Os valores contábeis dos ativos não monetários são revistos a cada data de apresentação das demonstrações para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

g) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

De acordo com os CPC PME's, a Companhia reconhece uma provisão quando existe uma obrigação presente decorrente de um evento passado, uma transferência de benefícios econômicos é provável e o valor dos custos de transferência pode ser estimado de maneira confiável. Nos casos em que os critérios não são cumpridos, um passivo contingente pode ser divulgado nas notas explicativas das demonstrações contábeis. As obrigações decorrentes de passivos contingentes que foram divulgadas, ou que não são atualmente reconhecidas ou divulgadas nas demonstrações contábeis, poderiam ter um efeito material sobre o balanço patrimonial da Companhia. A aplicação desses princípios contábeis a litígios exige que a Administração realize cálculos sobre diversas matérias de fato e de direito além de seu controle. A Companhia revisa as ações judiciais pendentes, monitorando a evolução dos processos e a cada data de elaboração de relatórios, visando avaliar a necessidade de provisões e divulgações nas demonstrações contábeis. Entre os fatores considerados na tomada de decisões sobre as provisões estão a natureza do litígio, reivindicação ou autuação, o processo judicial e o nível potencial de indenização na jurisdição em que o litígio, reivindicação ou autuação foi interposto, o andamento da ação (incluindo o andamento após a data das demonstrações contábeis, mas antes de serem emitidas), os pareceres ou opiniões dos consultores jurídicos, a experiência em casos semelhantes, e qualquer decisão da Administração da Companhia sobre a forma como ela vai responder ao litígio, reivindicação ou autuação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e consideram premissas definidas pela administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

i) Passivos contingentes:

Decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas em Notas Explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

Os depósitos judiciais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente.

ii) Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais
As demandas judiciais são avaliadas e revisadas periodicamente, com base em pareceres de seus advogados, e registradas contabilmente de acordo com as regras estabelecidas na seção 21 da NBC TG 1000.

h) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

i) Tributos

Os tributos são apurados pelo regime de tributação pelo Lucro Real – Trimestral, e o Pis e a Cofins Cumulativo, calculados às alíquotas abaixo demonstradas. Consideram para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Tributo: Alíquota

Imposto de Renda (IR)	15,00%
Adicional de Imposto de Renda.....	10,00%
Contribuição Social (CSLL)	9,00%
PIS.....	0,65%
COFINS.....	3,00%
ISS.....	5,00%

j) Capital social

Os instrumentos financeiros emitidos pela Companhia são tratados como patrimônio apenas à medida que não satisfaçam a definição de um passivo financeiro. As ações ordinárias da Companhia são classificadas como instrumentos patrimoniais.

k) Apuração do resultado

i) Reconhecimento de receitas

As receitas de serviços são mensuradas de acordo com os valores acertados nos contratos de prestação de serviços de cada cliente de acordo com a natureza e/ou tipo de serviço e são reconhecidas na competência da prestação de serviço. As receitas não são reconhecidas quando houver uma incerteza significativa de sua realização.

ii) Despesas

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

iii) Custos

Os custos da prestação de serviços são reconhecidos pelo regime de competência e correspondem basicamente aos gastos com pessoal e despesas gerais.

l) Gestão de Riscos

i) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras na contratação de seguros.

ii) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar

os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

iii) Risco de liquidez

É mínimo o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

iv) Risco Operacional

Os riscos operacionais estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (produção, ativos, clientes, receitas) resultantes de falhas, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos. Podem acarretar redução, degradação ou interrupção, total ou parcial, das atividades, com impacto negativo na reputação da companhia, além de potencial geração de passivos contratuais, regulatórios e ambientais.

A Companhia possui e segue a Política de Gestão de Riscos que orienta para a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco operacional associado aos seus processos. A identificação das falhas que possam ocasionar impactos relevantes e o monitoramento das ações para mitigação são acompanhadas pela Gerência Administrativa e Financeira – GEREAF, Gerência de Tecnologia – GERET, Gerência de Cobrança e Call Center – GERCO.

Nota 04 - Caixa e equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes inclui caixa em poder da Companhia, depósitos bancários e aplicações em fundos de investimentos. O saldo dessa conta no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Bancos	1.651.380	119.723
Aplicações financeiras	-	1.792.445
Total	1.651.380	1.912.168

Aplicações Financeiras

Aplicações Financeiras	Títulos Para Negociação	Mantido até o vencimento	31/12/2014	31/12/2013
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	-	-	-	1.768.392
Fundo de Investimento Financeiro (FIF MAIS)	-	-	-	24.053
Total	-	-	-	1.792.445

- Os rendimentos dos CDBs estão atrelados à variação da taxa SELIC, IGP-M, IPCA e CDI por meio de aplicações mantidas em contas administradas pelo BRB - Banco de Brasília S.A. As aplicações financeiras foram liquidadas em 30.04.2014 e os valores transferidos para conta de poupança integrada à conta corrente por motivos estratégicos da administração da companhia.

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

Nota 5 - Créditos a Receber

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Cartão BRB S.A	352	57.312
BRB - Banco de Brasília S.A	1.362.329	365.473
Total	1.362.681	422.785

- Representam as comissões a receber referente aos serviços prestados pela BSB Administradora de Ativos S.A.. Para cada cliente (Cartão BRB e Banco de Brasília S.A.) é firmado um contrato de prestação de serviços pelo os quais a Companhia no exercício, auferir rendimentos pela execução dos serviços. Os saldos de cada conta representam no exercício os valores ainda não recebidos dos referidos clientes.

Nota 06 - Outros créditos

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Adiantamento de Salários	5.783	832
Impostos a Compensar (*)	20.914	40.327
Total	26.697	41.159

(*) Os impostos a compensar representam os saldos negativos do IRPJ e CSLL referente ao 3º trimestre de 2014.

Nota 07 - Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais, no montante de R\$ 6.910,00, referem-se a valores bloqueados em conta corrente para garantia de ações cíveis, onde a companhia é ré.

Nota 08 - Imobilizado

BSB ATIVOS	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2013	Aquisições em 2014	Saldo em 31.12.2014
Móveis e Utensílios	10%	166.546	160.689	327.235
Máquinas e equipamentos	10%	21.583	50.873	72.456
Computadores e periféricos	20%	254.631	649.423	904.054
Sistema de Comunicação	10%	8.901	-	8.901
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	36.299	34.894	71.193
Total		487.959	895.879	1.383.838
(-) Depreciação Acumulada		-137.627	-182.514	-320.141
Total		350.332	713.366	1.063.698

Nota 09 - Intangível

BSB ATIVOS	Taxa de depreciação	Saldo em 31.12.2013	Aquisições em 2014	Saldo em 31.12.2014
Direito de uso de Software	20%	180.859	445.855	626.714
Total		180.859	445.855	626.714
(-) Depreciação Acumulada		-13.156	-79.369	-92.525
Total		167.703	366.486	534.189

- A Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável dos bens patrimoniais, não havendo necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável (impairment). A BSB Ativos entende que a vida útil definida na legislação tributária está adequada ao reconhecimento da perda de valor dos bens por sua utilização.

Nota 10 - Obrigações com Terceiros

Corresponde a compras a prazo e/ou parceladas referentes a materiais de uso e consumo adquiridos no decorrer do mês.

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
TOTVS S/A	-	25.005
MICROTÉCNICA INFORMÁTICA LTDA	15.987	-
MATRIX LOGISTICA E SUPRIM. LTDA	5.549	-
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES S.A	3.824	3.824
DIAL TECH TELEC. E SISTEMAS LTDA	42.500	45.000
ELETRICA DVOLTS LTDA	-	3.230
ANGELA GIL BORSOI	4.181	-
OUTROS	3.140	-
Total do Patrimônio Líquido	1.779.167	1.639.867

Nota 11 - Obrigações Trabalhistas e Sociais

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Obrigações Fiscais	204.096	52.426
Encargos, Salários e Benefícios	687.952	291.291
Credores Diversos	51.446	101.525
Provisões Para Férias e 13º Salário	884.631	606.441
Total	1.828.125	1.051.683

Nota 12 - Patrimônio Líquido

CAPITAL SOCIAL

Está composto por 248.000 (duzentas e quarenta e oito mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País. A Companhia obteve um aporte de capital pela controladora

BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., no valor de R\$ 3.000.000,00 (Três milhões de reais), para aumento do capital social da Companhia, que era de R\$ 5.880.000,00 (Cinco milhões, oitocentos e oitenta mil reais), totalizando o valor de R\$ 8.880.000,00 (Oito milhões, oitocentos e oitenta mil reais).

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Capital Social	8.880.000	5.880.000
(+/-) Resultado do exercício	(2.029.628)	(1.860.700)
Resultado Acumulado	(6.130.461)	(4.100.833)
Total do PL	2.749.539	1.779.167
Total	1.828.125	1.051.683

Nota 13 - Receitas de Serviços

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Cartão BRB S.A (*)	3.006.753	1.956.983
BRB - Banco de Brasília S.A (*)	8.451.139	3.168.334
Rede de Débitos Brasília (**)	291.259	401.964
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	-	1.057
Companhia de Planejamento do DF- Codeplan	-	5.788.087
BRB Corretora de Seguros S.A (*)	240.767	128.031
Total	11.989.918	11.444.456
Deduções da Receita Bruta (***)	(883.477)	(1.360.864)
Receita Operacional Líquida	11.106.441	10.083.592

(*) A Companhia tem como fonte de receitas operacionais os contratos de prestação de serviços com a Cartão BRB S.A, BRB Banco de Brasília S.A.

(**) A receita da Rede de Débitos Brasília é proveniente de contratos, junto aos lojistas do Distrito Federal e entorno, para gerir um sistema de compras realizadas pelos clientes do BRB, via autorização de débito em conta corrente e posterior repasse para as contas dos lojistas conveniados.

(***) A dedução da receita são os impostos (PIS, COFINS e ISS), incidentes sobre a receita bruta de comissões, receitas canceladas e descontos concedidos.

Nota 14 - Outras Receitas Operacionais

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Encargos Sociais	(723.623)	(721.606)
13º salário	(309.330)	(260.032)
Férias	(569.479)	(568.970)
Salários e ordenados	(2.687.813)	(2.702.447)
Vale refeição	(908.165)	(407.220)
Vale transporte	(313.003)	(268.907)
Demais custos de pessoal	(526.708)	(451.644)
Subtotal - Custos de Pessoal	(6.038.121)	(5.380.826)
Processamento de dados	(87.264)	(215.227)
Aluguéis	(251.373)	(963.905)
Locação de Equipamentos	(218.682)	(62.251)
Telefone e fax	(492.389)	(379.187)
Demais custos	(748.680)	(458.967)
Subtotal - Custos dos Serviços Prestados	(1.798.388)	(2.079.537)
Total	(7.836.509)	(7.460.363)

Nota 15 - Despesas de Pessoal

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Encargos Sociais	(434.219)	(449.743)
13º Salário	(93.814)	(119.263)
Férias	(199.263)	(220.623)
Salários e ordenados	(1.797.379)	(2.084.387)
Vale Refeições	(619.082)	(577.252)
Vale Transporte	(66.605)	(18.033)
Demais Despesas	(201.990)	(210.722)
Total	(3.412.352)	(3.680.023)

As despesas de pessoal refere-se aos salários, encargos e benefícios do pessoal da administração, conselheiros e diretoria.

Nota 16 - Outras Receitas Operacionais

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Reversão de Provisão	-	939.025
Recuperação de Despesas	4.290	26.630
Descontos Obtidos	2.734	356
Outras Receitas	-	2.476
Total	7.024	968.487

(*) - No início do segundo semestre, a BSB Ativos firmou o convênio de nº 001/2012 com a Companhia de Planejamento do DF – Codeplan para desenvolvimento e manutenção de solução de call center para atendimento ao cidadão do Distrito Federal. Pelas normas que regem os convênios na administração pública, sobretudo a Instrução Normativa nº 01/2005, da Controladoria Geral do Distrito Federal,

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

a entidade conveniente deve prestar contas dos gastos realizados para atingimento dos objetivos, apresentando os comprovantes de desembolsos. Em 31.10.2012, efetivou-se a rescisão do referido convênio, com a assinatura simultânea de contrato de prestação de serviços em caráter emergencial, processo nº 121.000.336/2012, com vigência a partir de 01.11.2012. A prestação de contas final realizada pela BSB Administradora de Ativos S/A estava sob análise da concedente, não havendo, até o fechamento do exercício, pronunciamento oficial quanto à aceitação do valor acima que refletiu em incerteza de sua liquidez. Durante o exercício de 2013 a Codeplan se pronunciou favorável à aceitação da prestação de contas, através do ofício de nº 460/2013 –PRES/SG, no qual autorizou a reversão da provisão.

Nota 17 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

	BSB ATIVOS	
	31.12.2014	31.12.2013
Resultado antes do IR e CSLL	(1.936.931)	(1.773.828)
Outras adições	10.152	(718.904)
Adições (exclusões)	10.152	(718.904)
Lucro real antes da compensação de prejuízo fiscal	(1.926.779)	(2.492.732)
Compensação de prejuízos fiscais (*)	(124.408)	(116.974)
Base de Cálculo do IRPJ	(2.051.187)	(2.609.706)
Despesa com IRPJ Alíquota 25% (*)	66.572	62.235
Base de Cálculo da CSLL	(2.051.187)	(2.608.904)
Despesa com CSLL Alíquota 9% (*)	26.125	24.637
Total	92.697	86.872

(*) A compensação de prejuízos fiscais e as despesas de IRPJ e CSLL se referem ao quarto trimestre.*

Nota 18 - Outras Receitas Operacionais

BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

A Companhia BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. é a principal acionista da Companhia, com participação em 99% das ações, sendo assim detentora do controle acionário da BSB Administradora de Ativos S.A. A Companhia possui junto à BRB Seguros um contrato de prestação de Serviços de Atendimento ao Cliente – SAC, conforme Processo nº 1101/2012. A única operação no exercício de 2014 com a controladora BRB Seguros foi um aporte para o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 3.000.000,00 (Dois milhões de reais).

BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A.

A Companhia possui junto ao BRB – Banco de Brasília S.A, 03 (três) contratos de prestação de serviços, conforme Processos nºs 041.000.336/2011, 041.000.2146/2012, no qual a BSB Administradora de Ativos S.A se compromete em prestar serviços de cobrança extrajudicial de créditos vencidos, para o BRB e suas coligadas, inclusive por intermédio de serviços de Teleatendimento Ativo e Receptivo, e serviços de atendimento de 1º nível aos usuários de informática, visando a continuidade do ambiente de processamentos e transportes de dados do Banco. Possui ainda transações bancárias com depósitos à vista (Banco conta Movimento e Poupança Integrada) e contrato firmado em 2014/144, conforme processo nº 041.000.455/2014, objetivando a contratação do

site da central de relacionamento do conglomerado BRB.

CARTÃO BRB S.A.

A Companhia possui junto à Cartão BRB S.A, dois contratos de prestação de serviços, sendo um para o serviço de Telemarketing receptivo para os cartões Private Label dos clientes do Cartão BRB e outro para o serviço de cobrança administrativa amigável de valores inadimplidos pelos clientes do Cartão BRB decorrente da utilização de cartões de créditos.

OPERAÇÕES COM O BRB – BANCO DE BRASÍLIA S.A	31.12.2014	31.12.2013
ATIVOS		
Depósitos à Vista	1.651.380	119.723
Certificados de Depósitos Bancários (CDBs)	-	1.769.392
Total	1.651.380	1.912.168
RECEITAS		
Receitas de Aplicação Financeiras	32.362	159.439
Receitas de Variação Monetária Poupança Integrada	35.394	-
Total	67.757	159.439
DESPESAS		
Despesas Financeiras	(154.322)	(209.747)
Total	(154.322)	(209.747)

Nota 19 Plano de Pensão e de Benefícios Pós-Emprego a Empregado

A Companhia não é patrocinadora de nenhum plano de pensão e de benefícios pós-emprego aos seus empregados, nem de plano de opção de compra de ações.

Nota 20 Contingências

A Companhia é parte em processos trabalhistas e cíveis que se encontra em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em cursos, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. As ações em curso são consideradas como risco possível de perda e tem a seguinte situação em 31.12.2014:

PROCESSOS	BSB ATIVOS		RISCO DE PERDA
	ESPERA	31.12.2014	
2013.01.1.183104-2 (*)	Cível	120.462	Possível
2013.01.1.183093-0	Cível	671.859	Possível
2014.01.1.012128-2	Cível	141.261	Possível
Total		933.582	

Nota 21 - Cobertura de Seguros

A Companhia detém coberturas vigentes de seguros empresarial conforme apólice nº 3308688 com vigência de 03/04/2014 a 03/04/2015 da Liberty Seguros S.A e detém ainda cobertura de seguro de responsabilidade civil de diretores e conselheiros, conforme apólice nº 10-93-000.825-00 com vigência de 05/06/2014 a 05/06/2015 da Liberty Seguros S.A, cujo montantes segurados, entende a administração que seja julgado suficiente para fazer face a eventuais sinistralidades.

JOSÉ FLÁVIO RABELO ADRIANO
Diretor-Superintendente
JÚLIO ROBERTO DE OLIVEIRA
Diretor Executivo
SONIA MARIA ARAÚJO PEREIRA
Contadora CRC/DF - 15.563/0
CPF: 771.036.531-00

BSB ADMINISTRADORA DE ATIVOS S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO 2014
CNPJ 12.875.569/0001-80

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores da BSB Administradora de Ativos S.A. Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis da BSB Administradora de Ativos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da BSB Administradora de Ativos S.A. é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da BSB Administradora de Ativos S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da BSB Administradora de Ativos S.A. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BSB Administradora de Ativos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas.

Ênfases

Continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº1, que descreve que a Companhia apresentou histórico de prejuízos contínuos nos últimos exercícios e não está obtendo êxito em reverter o quadro deficitário por meio de suas operações, sendo necessário, para manutenção de suas operações, aportes de capital por parte de sua controladora. Essa situação indica a existência de uma incerteza material que pode suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 18, considerando que a BSB Administradora de Ativos S.A. realiza transações significativas com partes relacionadas. Consequentemente, os resultados dessas operações poderiam ser diferentes se realizadas em condições de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Contingências

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20 às demonstrações contábeis, que descreve as incertezas relacionadas com os resultados das ações judiciais movidas contra a Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Brasília, 27 de março de 2015.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da BSB Administradora de Ativos S.A., em sessão conjunta com o Conselho de Administração ocorrida em 27.03.2015, cumprindo as disposições do Art. 163, II e VII, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 36 e do Estatuto Social da Companhia, emitiu o seguinte PARECER: o Conselho Fiscal da BSB Administradora de Ativos S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e tomou conhecimento do Parecer da KPMG Auditoria Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Com base nos exames efetuados e nas informações analisadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal aprova que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral dos Acionistas.
Brasília (DF), 27 de março de 2015.

Antônio Ailton Batista de Oliveira Kleber Ponce Leones
Conselheiro Presidente Conselheiro

Carlos Randolfo Campos
Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da BSB Administradora de Ativos S.A., em sessão conjunta com o Conselho Fiscal ocorrida em 27.03.2015, cumprindo as disposições do Art. 142, V, da Lei nº 6.404/76 e do Art. 24 do Estatuto Social da Companhia, após análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, e de conhecer o Parecer da KPMG Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal - todos os relativos ao exercício de 2014 - emitiu a seguinte MANIFESTAÇÃO: O Conselho de Administração da BSB Administradora de Ativos S.A. analisou os documentos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e manifesta-se pela aprovação das contas do período e pelo seu encaminhamento para apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.
Brasília (DF), 27 de março de 2015.

Hélio Goiás de Sá
Conselheiro Presidente em Exercício

Nicson Chagas Quirino
Conselheiro

Continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)			DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 (Em reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fluxo de Caixa proveniente das Operações			Geração do Valor Adicionado	37.091.676	35.352.269
Recebimentos de Clientes e Outros	35.908.847	35.251.678	Receitas de Vendas de Energia e Serviços	37.095.264	35.357.358
Pagamentos a Fornecedores	(11.719.218)	(3.385.831)	Receitas (Despesas) Não Operacionais	(3.588)	(5.089)
Pagamentos a Empregados	(261.837)	(203.793)	(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(18.457.923)	(8.821.565)
Pagamentos de Impostos e Contribuições	(4.040.443)	(3.693.882)	Custos da Energia Comprada	(12.851.466)	(2.714.131)
Aporte Operacional	(5.183.609)	(4.579.964)	Serviços de Terceiros	(3.812.897)	(3.779.974)
Pagamentos de Outras Despesas	(310.318)	(535.756)	Materiais	(3.440)	(4.362)
Pagamentos de Benefícios	(29.661)	(67.672)	Outros Custos Operacionais	(1.790.120)	(2.323.098)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(536.121)	(647.306)	Valor Adicionado Bruto	18.633.753	26.530.704
Pagamento aos Conselheiros	(151.087)	-	Quota de Depreciação	(4.176.887)	(4.570.118)
Recursos Líquidos provenientes das Atividades Operacionais	13.677.553	22.137.474	Valor Adicionado Líquido Gerado	14.456.866	21.960.586
Fluxo de Caixa utilizado nas Atividades de Investimentos			Receitas Financeiras	1.461.292	883.383
Aporte de Investimento	(4.084.869)	(4.312.468)	Valor Adicionado a Distribuir	15.918.158	22.843.969
Aquisição de Imobilizado	(3.750)	(2.736)	Distribuição do Valor Adicionado	11.166.521	10.517.490
Rendimentos de Aplicações Financeiras	891.685	573.530	Pessoal	1.574.633	1.100.202
Aplicação no Realizável a Longo Prazo	-	(50.000)	- Salário e Outras Remunerações	834.188	714.846
Despesas Financeiras	(1.045.315)	(744.623)	- Encargos Sociais	139.150	2.556
Recursos Líquidos provenientes das Atividades de Investimento	(4.242.249)	(4.536.297)	- Outros	601.295	358.800
Fluxo de Caixa proveniente das Atividades de Financiamento			Governos	3.085.036	2.875.216
Dividendos	(2.859.817)	(1.917.212)	- Impostos, Taxas e Contribuições	3.085.036	2.875.216
Pagamento de Serviço da Dívida - Encargos	(4.366.047)	(4.838.137)	Juros e Demais Despesas Financeiras	6.478.976	6.516.900
Pagamento de Serviço da Dívida - Principal	(7.099.029)	(7.109.218)	Aluguéis	27.876	25.172
Recursos Líquidos provenientes das Atividades de Financiamento	(14.324.893)	(13.864.567)	Lucro do Exercício	4.751.637	12.326.479
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes	(4.889.589)	3.736.610	Total	15.918.158	22.843.969
Caixa e equipamentos de caixa no início do período	12.119.858	8.383.248			
Caixa e equipamentos de caixa no final do período	7.230.269	12.119.858			
Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes	(4.889.589)	3.736.610			
As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.			As notas explicativas são partes integrante das demonstrações financeiras.		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 25 de julho de 2001, a Energética Corumbá III S.A., tem por objetivo principal a exploração de geração de energia elétrica da Usina de Corumbá III, situada no Rio Corumbá, no município de Luziânia, Estado de Goiás.

O início da operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009, com a operação da primeira turbina. Em 30 de janeiro de 2010 entrou em operação a segunda turbina.

A construção da Usina de Corumbá III, com potência instalada de 93,6 MW, foi feita em parceria com a Geração CIII S.A., nos percentuais de 40% (quarenta por cento) para a Energética Corumbá III S.A e 60% (sessenta por cento) para a Geração CIII S.A. Os investimentos para a construção foram feitos mediante a constituição de um Consórcio denominado Consórcio Empreendedor Corumbá III. **1.1. Concessão**

O Contrato de Concessão nº 126/2001 de 7 de novembro de 2001 foi firmado entre a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aditivado em 25 de novembro de 2007, no tocante a transferência parcial de titularidade para a Geração CIII S.A.

Este contrato de concessão garante o direito de exploração pelo prazo de 35 anos, com vencimento em 7 de novembro de 2036.

A energia gerada é comercializada pelas consorciadas (Energética/Corumbá III S.A e Geração CIII S.A.), com a venda da energia contratada totalmente pela CEB Distribuição S.A. e reajustado anualmente.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como estão apresentados de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, foram considerados aspectos da legislação específica emanadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, principalmente em relação à estruturação das contas contábeis e forma de registro dos eventos, visando à uniformização das práticas com outras companhias do setor elétrico.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 18 de março de 2015.

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua e revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e ou em quaisquer períodos futuros afetados. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base

no julgamento da Administração da Companhia para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014. As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas abaixo:

2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

2.2. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e demais contas a receber. São classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método

da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como mantidos para negociação. Tais instrumentos são mensurados pelo seu valor justo a cada data de balanço, tendo como contrapartida o resultado de exercício. O valor de mercado dos instrumentos financeiros é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.4. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização dos critérios referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência, bem como de outros créditos semelhantes. Inclui a contabilização, entre outros, dos créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, registrados pelo regime de competência.

2.5. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação dos ativos da Companhia é calculada a taxas que levam em consideração a vida útil efetiva dos bens.

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor líquido contábil ao valor recuperável. Essas perdas serão lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

2.6. Intangíveis

Representado por faixas de servidões permanentes, softwares, bem como a Utilização do Bem Público - UBP, que se trata de um direito de outorga decorrente de processo licitatório onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto da concessão ao longo do prazo previsto em contrato.

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.7. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e com remuneração diária pela taxa extra-mercado.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

IFRS novas e revisadas a seguir foram adotadas, quando aplicáveis, nas demonstrações financeiras não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportado e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior; no entanto, poderá afetar a contabilização de transações ou acordos futuros:

- ICPC 19 – Tributos;
- ICPC 20 – Limite de ativo de benefício definitivo, requisitos de custeio (FUNDING) mínimo e sua interação;
- OCPC 07 – Evidenciação na divulgação dos relatórios contábil/financeiro de propósito geral;
- OCPC 08 – Orientação Técnica para reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil/financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa	467	981
Bancos Conta Movimento	2.830.758	2.451.929
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	4.399.044	9.666.948
	7.230.269	12.119.858

5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
CEB Distribuição S.A.	4.346.707	3.160.290

6. VALORES A REEMBOLSAR

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Aportes Operacionais no Consórcio Empreendedor Corumbá III	133.323	206.935
Serviços em Curso - Programa & Desenvolvimento	-	392.924
	133.323	599.859

Continua

Continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Detalhamento dos Empréstimos e Financiamentos

Fonte	Contrato	Data de Assinatura	Objetivo	Juros	Último Vencimento
BNDES	Diversos	03/07/09	Construção da usina do Consórcio Empreendedor Corumbá III	TJLP + 1,72% a.a.	2023

e) Os contratos de empréstimos e financiamentos obtidos pela ECIII estão suportados pelas garantias da operação as citadas abaixo:

* Penhor de Direitos emergentes do Contrato de Concessão para Exploração da Usina, incluindo:

- Direitos supervenientes de créditos decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica ("CCVE"), e de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia;
- As garantias constantes do "CCVE";
- Direito de receber todos e quaisquer valores que, efetiva ou potencialmente, sejam ou venham a se tornar devidos pelo Poder Concedente à Companhia;
- Direito de vender a energia elétrica produzida pelo projeto mencionado na Condição Geral n. 12.1.1;
- Todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de penhor de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes da concessão;
- Penhor das ações de emissão da Companhia;
- Penhor dos Direitos Creditórios de todas as obrigações decorrentes do Contrato, da totalidade dos direitos creditórios da Companhia, especialmente dos provenientes do CCVE celebrado com a CEB Distribuição S.A., em 12 de novembro de 2002 e seus posteriores Aditivos.

d) Vencimentos a Longo Prazo

	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	7.109.218
2015	7.109.218	7.109.218
2016	7.109.218	7.109.218
2017	7.109.218	7.109.218
2018	7.109.218	7.109.218
2019 em diante	26.659.561	26.659.563
	55.096.433	62.205.653

e) Composição por Indexador (moeda nacional):

Moeda Nacional	31/12/2014		31/12/2013	
	RS	%	RS	%
TJLP	62.378.283	100,0	69.503.476	100,0

f) Mutações dos Empréstimos e Financiamentos

	BNDES		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de Dezembro de 2012	7.316.709	69.314.870	76.631.579
Adições (Liberações)	4.819.251	-	4.819.251
Encargos de dívida	(4.838.137)	-	(4.838.137)
Amortização	(7.109.217)	-	(7.109.217)
Juros	-	-	-
Transferências	7.109.217	(7.109.217)	-
Varição monetária	-	-	-
Em 31 de Dezembro de 2013	7.297.823	62.205.653	69.503.476
Adições (Liberações)	4.323.910	(3)	4.323.907
Encargos de dívida	(4.339.883)	-	(4.339.883)
Amortização	(7.109.217)	-	(7.109.217)
Transferências	7.109.217	(7.109.231)	-
Em 31 de Dezembro de 2014	7.281.850	55.096.433	62.378.283

15. TAXAS E ENCARGOS REGULATÓRIOS

	31/12/2014	31/12/2013
Compensação Financ. para Utilização dos Recursos Hídricos - CFURH	128.418	147.402
Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	404.196	600.863
Taxa de Fiscalização de Serviços Energia Elétrica - TFSEE	6.052	6.290
	538.666	754.555

16. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	31/12/2014	31/12/2013
IRPJ a Recolher	213.448	201.487
IRRF sobre Notas Fiscais	1.087	1.670
PIS a Recolher	21.200	21.134
COFINS a recolher	97.848	97.539
INSS Pessoa Jurídica	8.143	4.182
Contribuição Social sobre Lucro-CSSL	138.602	130.154
Retenção - Lei 10.833	1.680	5.177
	482.008	461.344

17. DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS

	31/12/2014	31/12/2013
Cons.Empr.Corumbá III - Aporte Operacional (a)	488.880	390.815
Consórcio Emp.Corumbá III - Aporte Investimento (a)	-	186.347
Neoenergia S.A (b)	79.745	208.448
Coligadas e Controladas ou Controladoras (c)	8.920.802	8.920.802
Retenções Contratuais (d)	148.630	148.630
Provisões Passivas - Consórcio Emp. Corumbá III (e)	-	400.615
	9.638.057	10.255.657

(a) Refere-se a aportes efetuados pela Energética Corumbá III S.A. no Consórcio Empreendedor Corumbá III.

(b) Refere-se à comissão de comprometimento devida a Neoenergia S.A. mediante as garantias assumidas no contrato de financiamento da Energética Corumbá III S.A.

(c) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A no Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativo a retenções contratuais e Fornecedores já ativados.

(d) Refere-se a 40% de retenções contratuais de fornecedores do Consórcio Empreendedor Corumbá III.

(e) Refere-se a 40% das provisões de valores das causas trabalhistas existentes em nome do Consórcio Empreendedor Corumbá III.

18. DIVIDENDOS A PAGAR

	31/12/2014	31/12/2013
Energ Power S.A.	18.860	47.835
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A.	68.591	173.968
Companhia Energética de Brasília - CEB	460.518	1.196.772
CELG - Geração e Transmissão - CELG GT	460.518	1.196.772
Geração CIII S.A.	179.422	466.272
	1.187.909	3.081.619

19. USO DO BEM PÚBLICO - UBP

	RS
Em 31 de Dezembro de 2012	5.861.728
Atualização obrigatório - Valor Presente	544.497
Despesas Financeiras - AVP	423.962
Pagamentos UBP	(760.666)
Em 31 de Dezembro de 2013	6.069.521
Atualização obrigatório - Valor Presente	526.501
Despesas Financeiras - AVP	423.962
Pagamentos UBP	(792.435)
Em 31 de Dezembro de 2014	6.227.549

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social subscrito, em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 121.586.088, representado por 60.793.942 ações ordinárias e 60.793.046 preferenciais. O capital realizado é de R\$ 119.373.441.

Composição:

Acionistas	Quantidade de Ações		Capital em R\$		
	Ordinárias	Preferenciais	Subscrito	a Realizar	Realizado
Energ Power S.A	3.551.709	-	3.551.709	1.559.964	1.991.745
Strata Construções e Concessionárias Integradas S.A	7.896.379	-	7.896.379	652.683	7.243.696
Companhia Energética de Brasília - CEB	15.198.260	30.396.523	45.594.783	-	45.594.783
CELG - Geração e Transmissão - GELG G & T	15.198.260	30.396.523	45.594.783	-	45.594.783
Geração C III S/A	18.948.434	-	18.948.434	-	18.948.434
	60.793.042	60.793.046	121.586.088	2.212.647	119.373.441

Em 8 de junho de 2010 foi efetuado um Termo de Transferência de Ações da Energética Corumbá III S/A detida por acionistas inadimplentes, para a Geração CIII S/A, a eficácia dessa transação dependia de prévia anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL e do Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES.

A Anuência por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL foi formalizada pela Resolução Autorizativa nº 2.590. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES aprovou a transação em 01 de fevereiro de 2011 pela Decisão da Diretoria 91/2011-BNDES.

Com a aprovação do BNDES e a ANEEL as ações foram transferidas no total de 18.948.434 ações dos acionistas Strata e Energ Power para a Geração CIII S/A.

b) Reservas e Dividendos

- Reserva Legal - constituída à razão de 5% do Lucro Bruto do Exercício, apurado anualmente até o limite de 20% do Capital Social
- Reserva Estatutária - constituída à razão de 5% do Lucro Bruto do Exercício apurado anualmente;
- Reserva para Expansão - constituída à razão de 65% do saldo remanescente;
- Dividendos Obrigatórios - equivalentes a 25% do Lucro Líquido

As reservas constituídas e dividendos provisionados no período estão devidamente demonstrados na Mutações do Patrimônio Líquido.

Continua

Continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Composição:**

Grupo	Descrição	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO	Suprimento - CEB Distribuição	4.346.707	3.160.290
PASSIVO	Encargos de Uso de Rede - CEB Distribuição S.A.	53.218	51.568
	Dividas com Pessoas Ligadas		
	Cons.Empr.Corumbá III - Aporte Operacionais	488.880	390.815
	Consórcio Emp.Corumbá III - Aporte Investimento	-	186.347
	Neo Energia S.A	79.745	208.448
	Coligadas e Controladas ou Controladoras (a)	8.920.802	8.920.802
	Retenções Contratuais	148.630	148.630
	Provisão para Contingências Trabalhistas	-	400.615
		9.638.057	10.255.657
PASSIVO	Dividendos a pagar		
	Energ Power Ltda.	18.860	47.835
	Strata Construções e Concessões Integradas S.A	68.591	173.968
	Companhia Energética de Brasília - CEB	460.518	1.196.772
	CELG - Geração e Transmissão - CELG GT	460.518	1.196.772
	Geração C III SA	179.422	466.272
		1.187.909	3.081.619
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Capital a Realizar		
	Energ Power Ltda.	(1.559.964)	(1.607.799)
	Strata Construções e Concessões Integradas S.A	(652.683)	(826.651)
		(2.212.647)	(2.434.50)
RESULTADO	Receita de Suprimento - CEB Distribuição S.A	36.631.416	35.145.756

b) Detalhamento das Transações com Partes Relacionadas

a) Refere-se a valores a aportar pela Energética Corumbá III S/A, no Consórcio Empreendedor Corumbá III, relativo a retenções Contratuais e Fornecedores, que foram Imobilizados pelo Consórcio, sem solicitação de aportes, (Retenções Contratuais e dividas com Fornecedores).

Os principais saldos de ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro 2014 e 31 de dezembro de 2013, assim como as transações relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com seus acionistas.

As operações de venda de energia efetuadas junto a CEB Distribuição S.A são feita a valores de mercado conforme Contrato de Compra e Venda (PPA) firmado entre as partes.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2014	31/12/2013
Receita Operacional Bruta		
Suprimento de energia Elétrica	36.631.416	35.145.756
Venda de Energia de Curto Prazo	463.848	211.602
	37.095.264	35.357.358
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(241.119)	(229.823)
COFINS	(1.112.858)	(1.060.721)
Encargos do Consumidor - P&D	(353.874)	(340.659)
	(1.707.851)	(1.631.203)
Receita Operacional Líquida	35.387.413	33.726.155

23. LAJIR

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado Líquido	4.751.637	12.326.479
(+) Tributos sobre o Lucro	1.319.712	1.174.180
(+) Despesas Financeiras Líquidas	6.478.976	6.516.900
(-) Receitas Financeiras Líquidas	(1.461.292)	(883.383)
(+) Outras (Despesas) e Receitas	3.588	5.089
(=) LAJIR	11.092.621	19.139.265

24. LAJIDA

	31/12/2014	31/12/2013
Resultado Líquido	4.751.637	12.326.479
(+) Tributos sobre o Lucro	1.319.712	1.174.180
(+) Despesas Financeiras Líquidas	6.478.976	6.516.900
(-) Receitas Financeiras Líquidas	(1.461.292)	(883.383)
(+) Outras (Despesas) e Receitas	3.588	5.089
(+) Depreciações/Amortização	4.176.886	4.570.118
(=) LAJIDA	15.269.507	23.709.383

25. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia, por meio do Consórcio Empreendedor Corumbá III - CEC III, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo e consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, possui a contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Risco(*)	Cobertura	Prêmio	Vencimento
Responsabilidade civil	50.000	12	08/10/2015
Riscos operacionais	370.492	259	08/10/2015

(*) Conforme apólices de seguros apresentadas pela Administração do Consórcio. Como a participação da Energética Corumbá III no CECIII é de 40% o valor dos prêmios que lhe compete é de R\$ 4,8 mil e R\$ 104 mil, para os seguros de Responsabilidade Civil e de Riscos Operacionais, respectivamente.

26. RISCOS ADMINISTRATIVOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E ARBITRAIS**Perdas e ganho possíveis**

Afim de cumprir como objetivo da Concessão do potencial de energia hidroelétrica localizadonorio Corumbá, município de Luziânia, fez-se necessária a ocupação de áreas adjacentes ao rio Corumbá, bem como de áreas inundadas para a construção do reservatório. Nos casos em que os proprietários das áreas não concordaram com os preços e as condições de compra venda, o Consórcio efetuou depósitos judiciais dos valores calculados nos processos os quais foram contabilizados como parte do custo de formação da hidroelétrica no ativo imobilizado.

Adicionalmente, o consórcio é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e administrativos de natureza ambiental perante tribunais e órgão governamentais.

Em 2014, encontravam-se em tramitação na Câmara de Conciliação da FGV, cinco processos arbitrais, envolvendo o Consórcio Empreendedor CorumbáIII-CECIII e o Consórcio Construtor Centro Oeste-CCCO, referente às questões contratuais.

Os processos arbitrais encontravam-se em discussão judicial proposto pelo CECIII, em decorrência do conflito de interesses entre as consorciadas do Consórcio Construtor Centro Oeste. O CECIII estava envolvido tanto no polo ativo como passivo.

Nos procedimentos em que o CECIII se encontro no polo Passivo os integrantes do CCCO pleiteiam basicamente a quebra de solidariedade e a apuração e recebimento de eventual crédito oriundo do Contrato EPC firmado entre o CECIII e o CCCO.

Nos procedimentos em que o CECIII se encontro no polo ativo, o CECIII pleiteia basicamente o recebimento de indenização por perdas e danos, decorrentes de lei e das disposições contratuais aplicáveis; a cobrança de todas as penalidades e multas previstas a apuração e o recebimento de eventual crédito oriundo do Contrato EPC firmado entre o CECIII e o CCCO.

Atualmente os processos encontram-se suspensos, por decisão da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem, e as partes estão negociando para tentar chegar a um acordo e colocar fim aos procedimentos de arbitragem.

Os processos foram analisados por empresas de advocacia e substancialmente as probabilidades de perdas foram classificadas como possíveis, portanto, de acordo com CPC nº 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09, os contingentes ativos e passivos serão a penas divulgados, conforme abaixo, na proporção de 40% do montante total, equivalente a participação da Energética Corumbá III no empreendimento:

	31/12/2014	31/12/2013
Ativo		
Ganhos possível		
Arbitral	49.393	24.969
Total	49.393	24.969
Passivo		
Perda possível		
Administrativas e cíveis	4.964	8.496
Trabalhistas	-	3
Arbitral	28.353	35.946
Total	33.047	44.445
Passivo		
Perda provável		
Trabalhistas	-	401
Total	-	401

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS**Considerações gerais**

No curso normal de suas operações, o Consórcio está exposto a riscos, tais como: riscos de mercado de liquidez e de crédito. Esses riscos são monitorados utilizando-se de instrumentos de gestão e políticas de finidas pela Administração.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Consórcio a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos do Consórcio, políticas e processos para a mensuração e mitigação de risco e o gerenciamento de capital do Consórcio.

Principais políticas contábeis

Os detalhes a respeito das principais políticas contábeis e métodos adotados, inclusive o critério para reconhecimento, a base para mensuração e a base na qual as receitas e despesas são reconhecidas no resultado em relação a cada classe de instrumentos financeiros, estão apresentados na nota explicativas nº 3 às demonstrações financeiras de propósito específico.

Políticas e categorias dos instrumentos financeiros

O Consórcio entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado e que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância.

Os instrumentos financeiros do Consórcio foram classificados conforme as seguintes categorias:

- Caixa e equivalentes de caixa está apresentado a seu valor demercado, que equivale ao seu valor contábil.
- Contas a receber decorrem diretamente das operações do Consórcio, são classificados como a portes recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores decorrem diretamente das operações do Consórcio e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Gerenciamento de riscos

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, opotencial desses riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Entre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio do Consórcio, destacam-se:

a) Risco de escassez de água (chuvas)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia nomercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico-ONS prevê para o próximo ano dificuldade no atendimento ao sistema a custos módicos, mas descarta a possibilidade de racionamento.

Continua

Continuação

ENERGÉTICA CORUMBÁ III S.A.
CNPJ 04.631.430/0001-62

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014
(Em reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de política de preços (ambiente regulatório)

Os contratos de fornecimento de energia elétrica entre o Consórcio e seus clientes foram celebrados dentro do atual ambiente regulatório. O Consórcio entende que qualquer mudança nos atuais contratos deverá contar com a anuência de ambas as partes. O Consórcio não possui proteção para esse tipo de risco.

c) Risco de crédito

Refere-se principalmente a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber do Consórcio. Todas as operações do Consórcio são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza os riscos. O Consórcio não possui proteção para esse tipo de risco.

d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é preparada pelo Consórcio, onde são monitoradas as previsões contínuas das exigências de liquidez para as segurar que o Consórcio tenha caixas suficientes para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e geração de caixa do Consórcio.

e) Risco de taxa de juros e câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade do Consórcio vir a incorrer em ganhos menores ou perdas por conta de flutuação nas taxas de juros ou do câmbio, que reduzam as receitas financeiras relativas a suas aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado e câmbio como objetivo de avaliar a eventual necessidade de se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2014, o Consórcio e, portanto, a Energética Corumbá III S.A. não possui ativos e passivos significativos que sejam afetados pelos riscos acima. Assim, na avaliação da Administração, eventuais variações de mercado não resultariam em impactos relevantes nas posições patrimonial e financeira da Sociedade e no resultado de suas operações.

Os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros do Consórcio não apresentam diferenças significativas para os respectivos valores de mercado.

Instrumentos financeiros derivativos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Consórcio, e, portanto, a Energética Corumbá III S.A. por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos, desta forma não identificou nenhum risco de corrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

DIRETORIA

Agnelo Raimundo Schumann Cunha
Diretor Presidente

Luiz Fernando de Moraes Torres
Diretor Administrativo Financeiro

CONTADOR

Elzio Antonio Comélio
CRC-33964-S/DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Energética Corumbá III S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Corumbá III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos

de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações financeiras

Conforme mencionado à nota explicativa 1, os investimentos para a construção da Usina de Corumbá III são realizados mediante o Consórcio Empreendedor Corumbá III – CEC III. A Companhia reflete 40% deste montante em suas Demonstrações Financeiras.

Limitação de escopo – adiamento a fornecedores

Conforme nota explicativa 10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta saldo de adiantamento de fornecedores de R\$ 20.954 mil (2013 – R\$ 20.958 mil). A administração do CEC III, e por conseguinte a Companhia, não apresentou a composição analítica e documentação comprobatória referente ao saldo registrado nesta conta. Consequentemente, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras, caso os referidos controles e documentos tivessem sido disponibilizados.

Atualização do saldo de retenção contratual

Conforme nota explicativa 17 (c) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta saldo de retenções contratuais com pessoas ligadas de R\$ 8.921 mil (2013 – R\$ 8.921 mil). A administração do CEC III, e por conseguinte, a Companhia, não reconhece o valor de atualização das retenções contratuais realizadas conforme contrato EPC (construção da usina hidrelétrica em regime de empreitada). O valor da

atualização em 31 de dezembro de 2014, considerando 100% do CDI de 2010 a 2014 é de R\$ 4.155 mil no passivo e de R\$ 921 mil nas despesas operacionais. Assim, o passivo não circulante está apresentado a menor em R\$ 4.155 mil e o resultado a maior em R\$ 921 mil, respectivamente.

Opinião com ressalvas

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos que possam advir dos assuntos descritos no parágrafo **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob responsabilidade da administração, cuja apresentação é requerida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para concessionárias do setor elétrico. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília-DF, 26 de março de 2015.

Chronus Auditores Independentes S/S
CRC – PE – 000.681/0 – 5 “S” – DF

Rosivam Pereira Diniz
Contadora – CRC – PE – 014050/0-4 - “S” – DF

DAR-327/2015.

DERMIVAL ALMEIDA FIALHO**AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA PRÉVIA**

Torna público que está requerendo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental – IBRAM/DF, a Licença Prévia para Atividade de Avicultura de Corte, na localidade Núcleo Rural Tabatinga, Lote 143, em Planaltina, Brasília, DF. Foi determinada a elaboração de Estudo Ambiental. Dermal Almeida Fialho, proprietário.

DAR-328-C/2015.

FLÁVIA THATIANY DA SILVA RIBEIRO**AVISO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO**

Torna público que requereu do Instituto de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM/DF, a Licença de Operação, para a atividade de posto revendedor de combustíveis, na EQNL 02/04 BI B, Taguatinga/DF, processo 391.000.939/2008. Flávia Thatiany da Silva Ribeiro - sócio proprietária.

DAR-329/2015.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA JULGAMENTO**

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições previstas na Lei nº 3.268/57 e em cumprimento ao artigo 30 combinado com o artigo 63, inciso IV do Código de Processo Ético Profissional, NOTIFICA o Sr. LUIZ AUGUSTO BARRETO VINHOLIS, por estar em lugar incerto e não sabido, de que no próximo dia 14/04/2015, às 19h30, realizar-se-á o julgamento dos autos do Processo nº 630/2011 e NOTIFICA também a Dra. ITANA COSTA CHAGAS, de que no próximo dia 28/04/2015, às 19h30, realizar-se-á o julgamento dos autos do Processo Administrativo nº 10/2008. AMBOS os julgamentos ocorrerão na sede do CRMDF, sito no Setor de Indústrias Gráficas (SIG), Quadra 01, Centro Empresarial Parque Brasília, 2º Andar, Salas 201/202, nesta cidade. Brasília/DF, 31 de março de 2015. Martha Helena Pimentel Zappala Borges, Presidente CRM-DF.

DAR-331/2015.

ORGANIZAÇÃO HOSPITALAR BRASÍLIA S/A
CNPJ - 00.010.215/0001-93

Senhores Acionistas,

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos à V.Sªs. as Demonstrações Contábeis dos exercícios encerrados em 31/12/2014 e em 31/12/2013, e, por não haver fatos relevantes, deixamos de comentá-las, porém colocamo-nos à disposição de V.Sªs. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

A DIRETORIA

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31.12.2014 e 31/12/2013 - Expresso em R\$ (reais)					
ATIVO	31/12/2014	31/12/2013	PASSIVO	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO CIRCULANTE	942.435,62	816.821,08	PASSIVO CIRCULANTE	845.027,98	358.141,22
CAIXA	220.877,35	69.955,35	FORNECEDORES	43.525,67	117.353,08
BANCOS	228.152,89	303.528,89	EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS	45.600,00	30.000,00
APLIC.FINANC.	5.289,75	118.580,39	OBRIGAÇÕES FISCAIS	71.597,63	68.967,00
IMPOSTOS A COMPENSAR	80.696,46	73.848,03	OBRIGAÇÕES C/EMPREGADOS/DIRETORES	77.879,10	69.905,61
OUTROS CRÉDITOS	400.229,35	193.442,85	OUTRAS OBRIGAÇÕES	554.872,77	17.448,19
DESP.EXERC.SEG.PGS.ANT.	7.189,82	57.465,57	PROV. P/CONTR.SOCIAL S/LUCRO LIQ.	-	2.795,17
			DIVIDENDOS	51.552,81	51.672,17
			PASSIVO NÃO CIRCULANTE	99.000,00	99.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	35.226.097,27	31.918.327,29	CONTAS A PAGAR- GARANTIA LOCAÇÃO	99.000,00	99.000,00
DESPESAS ANTECIPADAS	45.833,30	45.833,30	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.224.504,91	32.278.007,15
INVESTIMENTOS	43.945,00	34.945,00	CAPITAL SOCIAL	35.738.899,74	31.415.268,41
ATIVO IMOBILIZADO	2.578.377,41	2.507.647,83	(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	(453.260,23)	(51.672,16)
(-)DEPRECIACÕES	(2.076.869,96)	(2.015.223,46)	RESERVA CAPITAL - P/INC.FISCAL	472,69	472,69
OBRAS EM ANDAMENTO	34.634.811,52	31.345.124,62	RESERVA LUCRO - RES.LEGAL	905.799,39	905.371,03
TOTAL DO ATIVO	36.168.532,89	32.735.148,37	PREJUÍZO ACUMULADO	(967.406,68)	8.567,18
			TOTAL DO PASSIVO	36.168.532,89	32.735.148,37

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2014 E 31/12/2013			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013		
	2014	2013	1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Receita Operacional Bruta	1.236.045,26	934.193,78	Lucro Líquido do Período	(967.406,68)	(57.641,54)
(-) Imp. Incid. S/Receita	(114.331,15)	(86.412,92)	Itens do Result que não interferem no Caixa	-	-
LUCRO BRUTO	1.121.714,11	847.780,86	Depreciação	61.646,50	46.028,75
DESPESAS OPERACIONAIS			Mutações Patrimoniais	-	-
Administrativas	(1.518.160,66)	(1.006.480,47)	Diminuição de Impostos a Compensar	(6.848,43)	(72.867,32)
Gerais	(450.513,33)	(393.281,70)	Diminuição de Créditos	(206.786,50)	(49.061,08)
Impostos e Taxas	(97.326,66)	(84.443,85)	Diminuição das Despesas Antecipadas	50.275,75	(101.049,36)
Enc.Financ.Líq.- Ganho financ.	44.323,85	671.407,24	Aumento dos Fornecedores	(73.827,41)	26.716,65
RESULTADO OPERACIONAL	(899.962,69)	34.982,08	Aumento dos Salários	7.973,49	(32.400,01)
RECEITAS E DESP.NÃO OPERAC.			Aumento das Obrigações	555.535,85	194.543,72
Outras Receitas não Operacionais	472,40	54,02	Aumento das Provisões	(2.795,17)	(94.187,50)
(-) Desp. Não Operacionais	(61.646,50)	(49.454,89)	(=) Caixa Líquido da Atividade Operac.	(582.232,60)	(139.917,69)
RESULT LÍQ. ANTES PROV.	(961.136,79)	(14.418,79)	2 - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
(-) PROV. P/CSLL	(2.351,21)	(13.851,66)	Aplicações no Ativo Imobilizado	70.729,58	151.892,85
(-) PROV. P/IRPJ	(3.918,68)	(29.371,09)	Aplicações em Obras em Andamento	3.289.686,90	5.221.955,48
LUCRO LÍQ. DO EXERCÍCIO	(967.406,68)	(57.641,54)	Aquisição de Investimento	9.000,00	
Prejuízo por Ação	(0,1138)	(0,0077)	(=) Caixa LÍq. das Atividades de Invest	3.369.416,48	5.373.848,33
Vlr. Patrimonial da Ação	4,1441	4,3051	3 - ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
			Dividendos	-	(326.672,80)
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-	66.208,73
			Aporte de Capital	3.913.904,44	5.173.607,83
			(=) Caixa LÍq. Atividades de Financ.	3.913.904,44	4.913.143,76
			AUMENTO NO CAIXA	(37.744,64)	(600.622,26)
			4 - AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES		
			Saldo de Caixa e equival no início do exerc.	492.064,63	1.092.686,89
			Saldo de Caixa e equival no final do exerc.	454.319,99	492.064,63
			Redução das disponibilidades	(37.744,64)	(600.622,26)

DLPA EM 31/12/2014 E EM 31/12/2013		
	2014	2013
Saldo inicial de Lucros Acumulados	-	-
Ajuste de exercício anterior	-	66.208,72
Sub-total de Lucros Acumulados	-	66.208,72
Resultado Líquido do Exercício	(967.406,68)	(57.641,54)
Destinações dos resultados atuais:		
Incorporação p/aumento de Capital	-	-
Saldo à disposição da Assembléia	-	(8.567,18)
Constituição da Reserva Legal	-	-
Saldo final de Lucros Acumulados	(967.406,68)	-

NOTAS EXPLICATIVAS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, suas alterações e em conformidade com os princípios contábeis previstos na legislação societária, que a partir da edição da Lei 9.249/95, não requerem o reconhecimento dos efeitos inflacionários. Em 2007 foram iniciadas as obras de construção civil de novo edifício, anexo ao Ed. Pio X, na SHLS 716 que ainda não foram concluídas.

Brasília, 31 de dezembro de 2014

LEANDRO DAHDAH OLIVEIRA
Contador-CRC-DF 023478/O-5